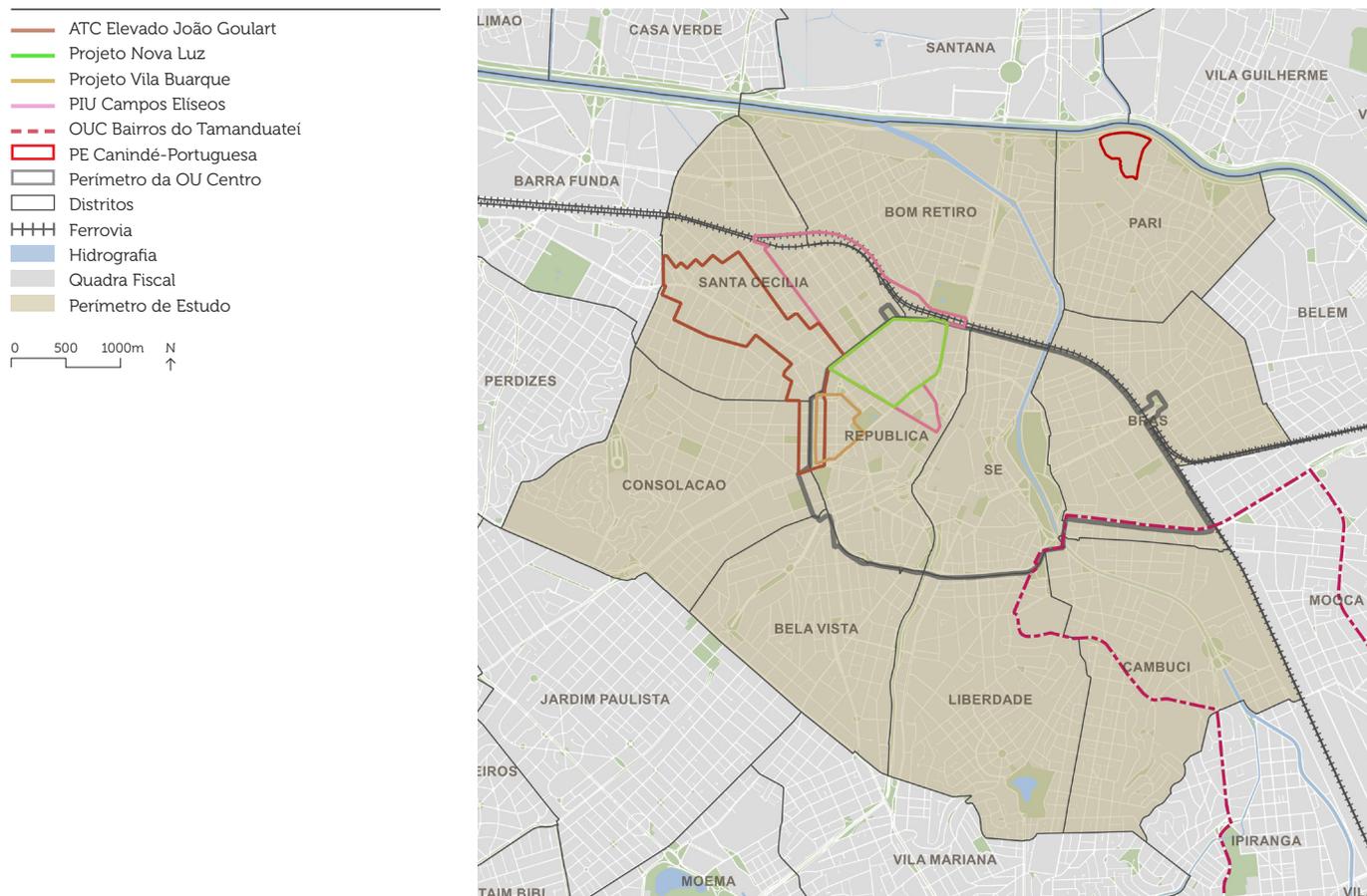


8. URBANISMO



8.1. Área de Transformação Condiçãda - ATC Elevado João Goulart

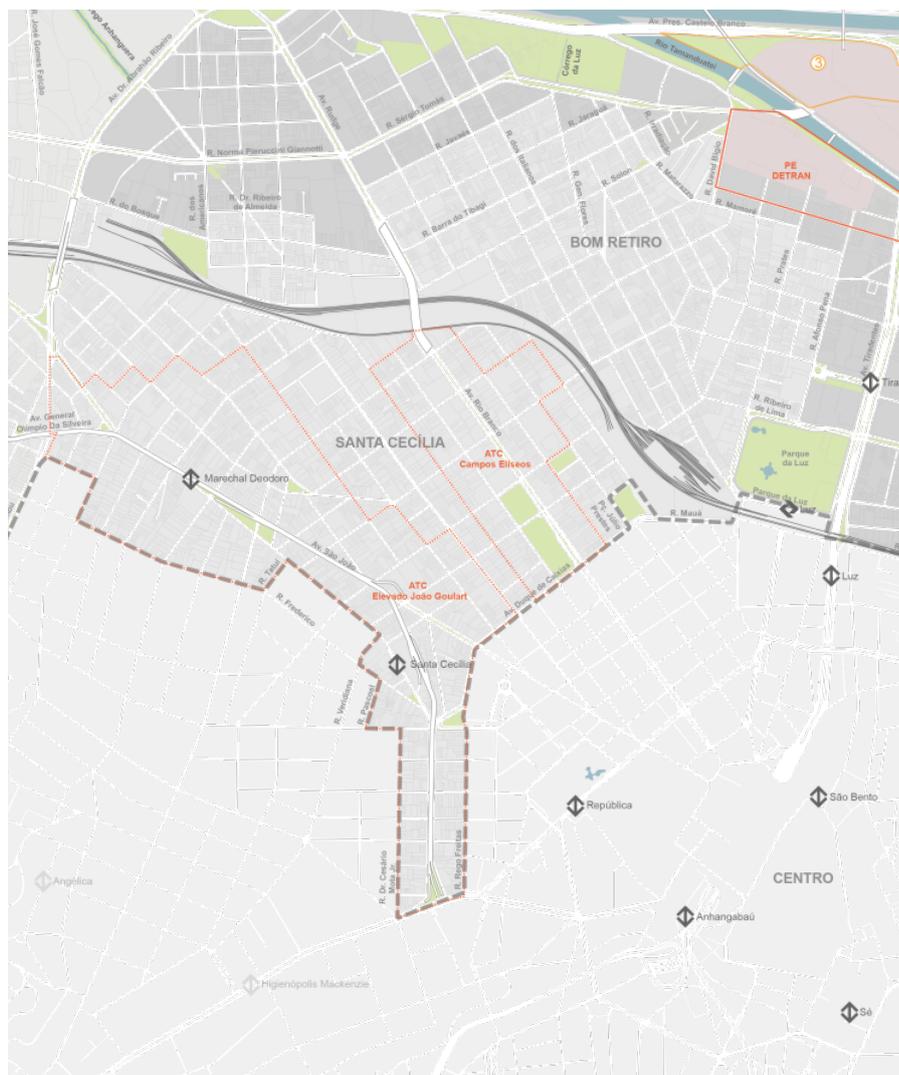
Na elaboração do Projeto de Lei nº 518 de 2016 do Projeto de Intervenção Urbana Arco Tietê pela São Paulo Urbanismo, foi definido porções do território denominado Área de Transformação Condiçãda. O projeto trazia uma ressalva a estes territórios, que deveriam ser analisados com maior profundidade, condicionado a ele a exigência de um Projeto de Intervenção Urbana - PIU específico, que definiria diretrizes e parâmetros urbanísticos de parcelamento, uso e ocupação do solo.

Até que um PIU específico para este perímetro fosse elaborado, o Arco Tietê trazia a aplicação a tais territórios de Fator de Planejamento igual a 2,0 (dois).

Apesar do referido Projeto de Lei ter sido retirado da Câmara Municipal de São Paulo pela atual Gestão, a pertinência da definição deste perímetro e suas ressalvas continuam pertinentes.

PERÍMETRO DA ÁREA DE
TRANSFORMAÇÃO CONDICIONADA
ATC ELEVADO JOÃO GOULART.
RECORTE DO MAPA V

Projeto de Intervenção Urbana Arco Tietê – Projeto de Lei nº 581/2016



8.2. Projeto Nova Luz

Projeto Urbano Específico - PUE elaborado entre os anos de 2009-2011 pela Prefeitura de São Paulo, através de sua Secretaria de Desenvolvimento Urbano e da São Paulo Urbanismo, em parceria com AECOM, Cia City, Fundação Getúlio Vargas e Concremat Engenharia, propunha a concessão urbanística do território denominado Nova Luz, delimitado pela Av Rio Branco, Av. Duque de Caxias, Rua Mauá, Av Cásper Líbero e Av. Ipiranga.

O instrumento da Concessão Urbanística da Nova Luz foi autorizado pela Lei nº 14.918 de 7 de Maio de 2009.

O desenvolvimento da proposta delineou estratégias para a renovação, reabilitação e preservação do território, estruturando-o em quatro porções que agregavam identidades específicas. São eles: Nébias, Rio Branco, Triunfo e Mauá.

Apesar de o Projeto Nova Luz ter sido arquivado pela Gestão Haddad, todo o desenvolvimento do projeto urbanístico, suas inúmeras análises e levantamentos são de extrema relevância para o desenvolvimento das diretrizes para a revisão da Operação Urbana Centro.



8.3. Projeto Vila Buarque

O Projeto de Requalificação Urbana da Vila Buarque foi um estudo desenvolvido pela EMURB entre 2003-2004, que previa, entre outras ações, a renovação imobiliária, requalificação dos espaços públicos – Praça Darcy Penteadó, ruas comerciais, residenciais e eixos culturais, assim como do sistema viário que compõe a Rótula Central, além da indução à renovação de lotes subutilizados e edifícios existentes. As intervenções de requalificação de logradouros previa o ordenamento do mobiliário urbano, um novo projeto luminotécnico, ordenamento das áreas de estacionamento, padronização dos pisos, melhoria das travessias e identificação de edifícios preservados.

O projeto também explorou mecanismo de viabilidade financeira, como Crédito Associativo para Reforma, PAR – Programa de Arrendamento Residencial, ou aqueles produzidos pela Associação de investidores privados como Fundos de direitos creditórios – FIDC, ou Sociedade de Propósito Específico – SPE, financiada através da comercialização de debêntures.

PLANO DE INTERVENÇÕES PARA A REQUALIFICAÇÃO URBANA DA VILA BUARQUE - 2004



8.4. PIU Campos Elíseos

O Projeto de Intervenção Urbana – Campos Elíseos é delimitado pelo perímetro formado pelas vias Rua Mauá, Alameda Limeira, limite da linha férrea, Rua Brigadeiro Tobias, Rua Mauá, Av. Cásper Líbero, Av. Ipiranga, Rua Santa Ifigênia, Rua do Seminário, Praça do Correio e Av. São João.

O programa de intervenções proposto, inicialmente, foi dividido em 3 fases: curto, médio e longo prazo.

A primeira fase – curto prazo, engloba: ações de Requalificação do quadrilátero conhecido como Cracolândia, através do Programa Redenção; requalificação do entorno imediato da Praça Júlio Prestes e da implantação da PPP da Habitação – Casa Paulista; melhoria das conexões entre os Bairros de Campos Elíseos e Bom Retiro e entre a Sala São Paulo e Estação da Luz; implantação de equipamento de Assistência Social; oportunidade de parcerias através de terrenos públicos; DUP na quadra 37.

A segunda fase – médio prazo, compreende: ação direta da implantação da PPP da Habitação – Casa Paulista; PPP do Hospital Pérola Byington; Concessão do Terminal de Ônibus Princesa Isabel; requalificação da Av. Rio Branco com a implantação de Boulevard; oportunidades de renovação urbana e imobiliária em imóveis notificados como PEUC.

Na terceira etapa – longo prazo, estão atreladas: atividades específicas do aprofundamento dos estudos do PIU Campos Elíseos; relocação dos moradores da Favela do Moinho; implantação da Estação da CPTM do Bom Retiro.

PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA – PIU CAMPOS ELÍSEOS

AÇÕES DE URBANISMO

CURTO PRAZO

- 01. Requalificação da cracolândia
- 02. Requalificação do entorno imediato
- 03. Requalificação da praça Júlio Prestes
- 04. Projeto OSESP
- 05. Equipamentos comunitários em imóveis da SP-Urbanismo

MÉDIO PRAZO

- 06. PPP Casa Paulista
- 07. PPP Hospital Pérola Byington
- 08. PPP Terminal Princesa Isabel
- 09. Boulevard Rio Branco
- 10. Oportunidades de renovação

LONGO PRAZO

- 11. PPP Casa Paulista
- 12. Relocação de moradores da Favela do Moinho
- 13. Implantação da estação Bom Retiro da CPTM
- 14. Nova Luz
- 15. Imóveis PEUC - Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios



Fonte: São Paulo Urbanismo – Abril 2017

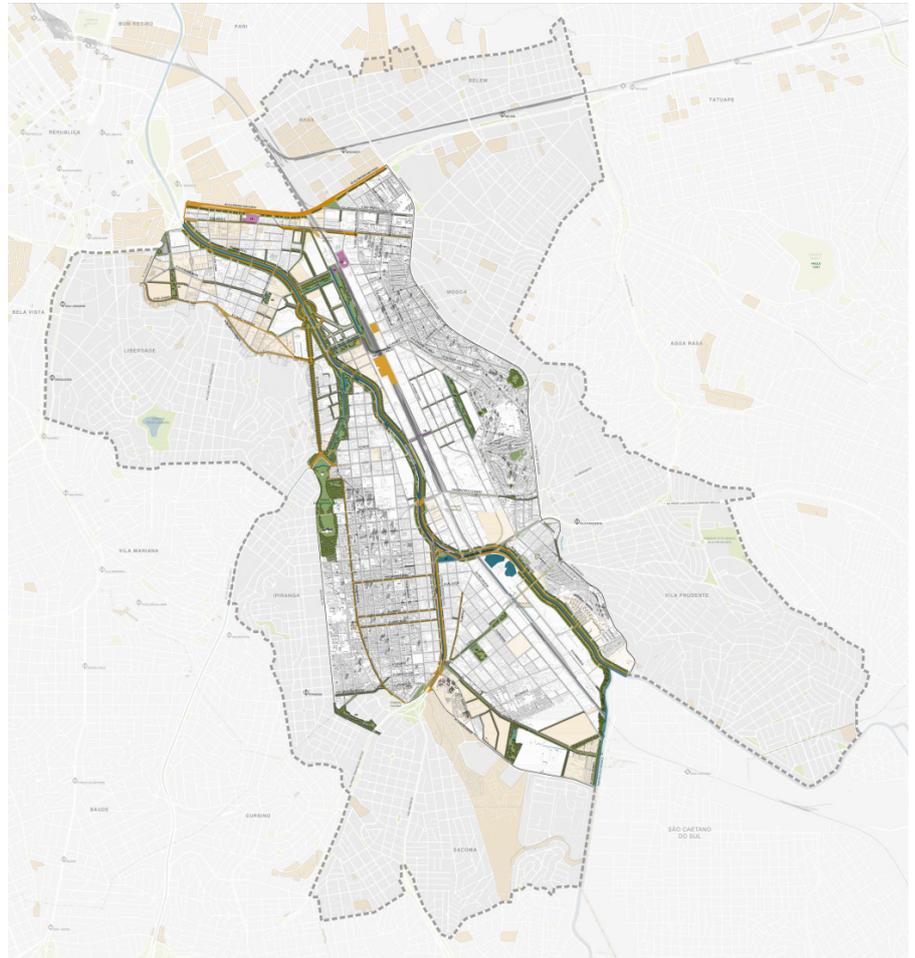
8.5. OUC Bairros do Tamanduateí

Os estudos para a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí têm origem nos estudos para a Operação Urbana Diagonal Sul, indicada no Plano Diretor Estratégico de 2002. A proposta apresentada pelo Projeto de Lei nº 723 de 2015 foi desenvolvida em sinergia com os estudos socioambientais, com a elaboração do EIA/RIMA e com as diretrizes do Plano Diretor Estratégico de 2014.

Tendo como premissa o conceito de cidade compacta o Projeto de Intervenção Urbana propõe instrumentos que almejam estabelecer o equilíbrio da oferta de empregos e de moradias, promovendo o adensamento populacional e construtivo, e garantir maior diversidade de usos, em complementação ao existente. Aliado a tais princípios o projeto apresenta um programa de intervenções públicas que visam implantar melhorias urbanas, tais como: requalificação da orla do Tamanduateí; melhoria na acessibilidade entre os bairros; implantação de sistema de áreas verdes atrelados às áreas de drenagem; espaços públicos; requalificações de logradouros; melhorias e provisões de Habitação de Interesse Social; recuperação e aquisição de patrimônio histórico.

O projeto de Lei foi encaminhado à Câmara Municipal de São Paulo em 2015 e encontra-se em tramitação.¹⁰

¹⁰ Caderno urbanístico – Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí – Projeto de Lei nº 723 de 2015. <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/estruturacao-metropolitana/oucbt/arquivos/>



8.6. PE Canindé-Portuguesa

O Projeto de Intervenção Urbana Arco Tietê (Projeto de Lei nº 518/2016) delimitou uma área de Projeto Especial – PE Canindé-Portuguesa, por ser uma área subutilizada formada por terras públicas e privadas. Sua definição carrega a intenção de reorganizar e melhorar a utilização destes terrenos através da definição de um plano urbano específico.

A Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - LPUOS (Lei nº 16.042 / 2016) marca este perímetro como ZOE – Zona de Ocupação Especial, obrigando desta maneira a apresentação de um Projeto de Intervenção Urbana. O Artigo 15 da LPUOS traz as seguintes diretrizes:

Art. 15. As Zonas de Ocupação Especial (ZOE) são porções do território que, por suas características específicas, necessitem de disciplina especial de parcelamento, uso e ocupação do solo.

§ 1º Os perímetros de ZOE terão parâmetros específicos de parcelamento, uso e ocupação do solo adequados às suas especificidades e definidos por Projeto de Intervenção Urbana, aprovado por decreto, observados os coeficientes de aproveitamento estabelecidos por macroárea conforme Quadro 2A da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – PDE.

§ 2º Até que sejam regulamentados os projetos previstos no parágrafo anterior, os parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo serão definidos pela CTLU, observados os coeficientes de aproveitamento estabelecidos por macroárea conforme Quadro 2A da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – PDE.

A Lei nº 16.372, aprovada em 19 de Janeiro de 2016, autoriza o Executivo a alienar o seu terreno, que é parte do perímetro demarcado, sendo que os recursos obtidos com a venda devem ser destinados à construção do hospital da Brasilândia.

Proprietária de outra parcela da área, a Associação Portuguesa de Desportos tenta viabilizar um projeto de uso misto, formado por hotéis, centro de convenções, centro empresarial, shopping, uma nova sede social e um novo estádio, com capacidade para 20 mil lugares, estudo de viabilidade realizado pelo escritório de arquitetura Fernandes Arquitetos Associados¹¹.

¹¹ Estudo de viabilidade realizado pelo escritório de arquitetura Fernandes Arquitetos Associados em 2013. <http://www.fernandes.arq.br/#/projects/arena-portuguesa>. Acessado em 15 de Agosto de 2017.

ESTUDO DE VIABILIDADE
REALIZADO PELO ESCRITÓRIO
DE ARQUITETURA FERNANDES
ARQUITETOS ASSOCIADOS



sendo poucos os pontos de travessia dessas barreiras. O perímetro agrupa equipamentos públicos de grande relevância como o Mercado Municipal, o Pátio de abastecimento do Pari e duas unidades do SENAI (Roberto Simonsen e Francisco Matarazzo). Existe a previsão de construção de uma unidade SESC na Praça São Vito, onde atualmente funciona a Ocupação SESC Parque Dom Pedro II, mantida pela unidade SESC Carmo e SENAC junto ao Palácio das Indústrias. Ao longo da R. Monsenhor Andrade encontra-se um conjunto de armazéns demarcados como Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC), definidas pelo PDE (Lei 16.050/14) e Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - LPUOS (Lei 16.402/16), que são porções do território destinadas à preservação, valorização e salvaguarda dos bens de valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico.

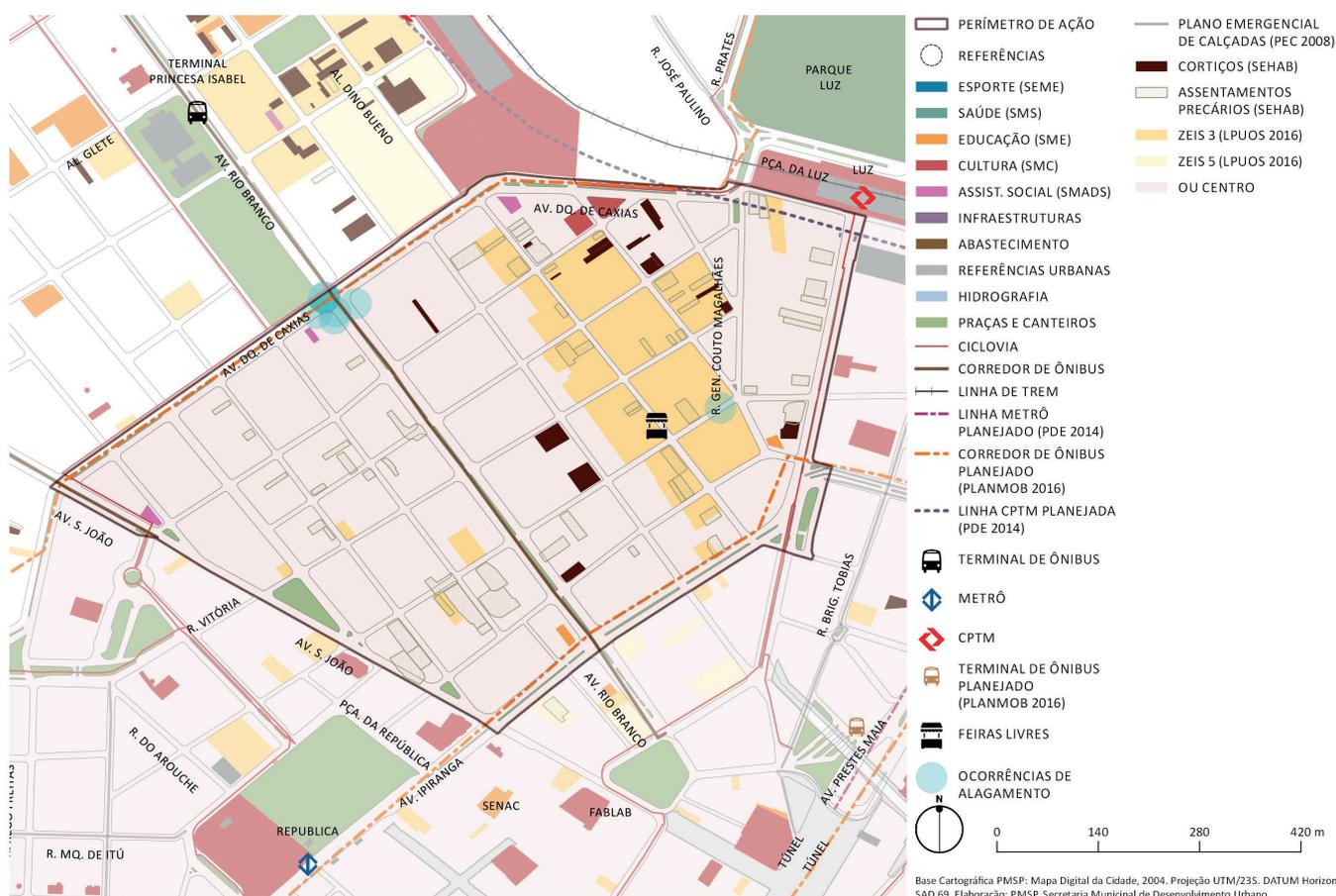
Objetivos

- Atender a população em situação de vulnerabilidade social, especialmente a população em situação de rua;
- Promover ações indutoras do desenvolvimento econômico local, especialmente pelo estímulo ao comércio e serviços locais;
- Qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados aos equipamentos públicos, os vinculados ao comércio e os vinculados aos pólos atrativos;
- Promover a conservação das paisagens e do patrimônio material e imaterial da região;
- Solucionar os problemas de saneamento ambiental, em especial gestão de resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo - PGIRS;
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local, regional e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo - PLANMOB;
- Melhorar as condições de circulação de cargas, mitigando conflitos com os demais modais e com os usos da região;
- Contribuir com os programas relacionados à notificação para o parcelamento, edificação e utilização compulsórios (PEUC).

Diretrizes

- Desenvolver ações de assistência social à população em situação de vulnerabilidade social (população em situação de rua);
- Integrar as áreas de comércio especializado da Subprefeitura da Mooca e Sé criando novas rotas comerciais e turísticas qualificadas ao pedestre;
- Elaborar projeto de comunicação visual voltado ao circuito de compras com sinalização própria e identificação das rotas, por meio de sinalização gráfica urbana;
- Estimular a criação e manutenção de comércio e serviços locais no térreo dos imóveis existentes ou a construir, de modo a proporcionar fachada ativa nas vias do perímetro e aumentar a oferta de empregos na área;
- Ofertar serviço de sanitários públicos em locais estratégicos com grande fluxo de pedestres;
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao uso comercial e logístico existente na área;
- Estimular o uso e a permanência nas praças e áreas verdes através de sua qualificação com tratamento paisagístico adequado. Destaque para o Largo do Pari;

- Elaborar projeto de arborização urbana que seja adequado e compatível com a grande circulação de pedestres nos bairros, especialmente para reduzir os efeitos da ilha de calor urbana;
- Potencializar a unidade SESC planejada como um equipamento qualificador dos lugares públicos e articulador de um sistema de espaços livres e de equipamentos públicos e privados, desenvolvendo projetos complementares às suas atividades;
- Tutelar e preservar os bens materiais que compõem o patrimônio histórico cultural existente no perímetro, em especial os localizados ao longo da R. Monsenhor Andrade;
- Organizar a coleta, transporte e descarte de resíduos sólidos oriundos das atividades comerciais no perímetro, em conformidade com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS);
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos e melhorar a iluminação pública, sobretudo nas vias com grande fluxo de pedestres e as que conectam equipamentos públicos. Destaque para Av. Mercúrio e R. Santa Rosa;
- Qualificar as principais conexões viárias existentes. Destaque para a Av. do Estado, Av. Mercúrio e R. Santa Rosa;
- Melhorar a acessibilidade local e as conexões entre as Subprefeituras Mooca e Sé nas atuais transposições ao Rio Tamanduateí (Av. Mercúrio e R. Paula Souza);
- Desenvolver percursos alternativos para pedestres, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas (Rio Tamanduateí, Av. do Estado, linha ferroviária), melhorando a mobilidade local da área;
- Compatibilizar a circulação de pedestres, de ciclistas, de ônibus e de veículos de passeio ao fluxo de veículos de carga necessários aos usos comerciais, industriais e logísticos existentes no território. Destaque para a Av. do Estado, Av. Mercúrio, R. Santa Rosa, R. Mendes Caldeira, R. Prof. Eurípedes Simões de Paula, R. Benjamim de Oliveira, R. da Alfândega e R. do Lucas;
- Estimular o desenvolvimento de projetos em terrenos e lotes, públicos ou privados, que estejam subutilizados ou não edificados.



Descrição

Área de uso misto com localização privilegiada no Centro, delimitada pelas avenidas Cásper Líbero, Ipiranga, São João, Duque de Caxias e Rua Mauá.

Caracterização

Região que conta com vias de importância regional, infraestrutura de transportes, equipamentos de cultura, lazer e entretenimento de destaque, além de centros comerciais de importância regional (Santa Ifigênia).

Marcada pelo esvaziamento e decaimento da qualidade de sua condição urbana favorável e subutilização de seus equipamentos e potencial.

Objetivos

- Atender a demanda por equipamentos e serviços públicos sociais de saúde, de educação, de assistência social e de cultura;
- Atender a população em situação de vulnerabilidade social a população em situação de rua, a população de migrantes, a população usuária de drogas e a população LGBT;
- Promover ações indutoras do desenvolvimento econômico local, especialmente pelo estímulo ao comércio e serviços locais;
- Qualificar os espaços livres públicos os vinculados aos equipamentos públicos, os vinculados ao comércio, os vinculados ao transporte público, os vinculados aos pólos atrativos e os vinculados às centralidades;

- Atender a demanda por espaços livres públicos de lazer e esporte;
- Promover a conservação das paisagens e do patrimônio material e imaterial da região;
- Solucionar os problemas de saneamento ambiental manejo de águas pluviais (drenagem) e gestão de resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo - PGIRS;
- Promover a coleta e destinação de resíduos sólidos, de acordo com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo - PGIRS;
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade regional, metropolitana e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo - PLANMOB;
- Melhorar as condições de circulação de cargas, mitigando conflitos com os demais modais e com os usos da região;
- Promover o atendimento habitacional e a regularização fundiária de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação - PMH;
- Promover a regularização fundiária e urbanística;

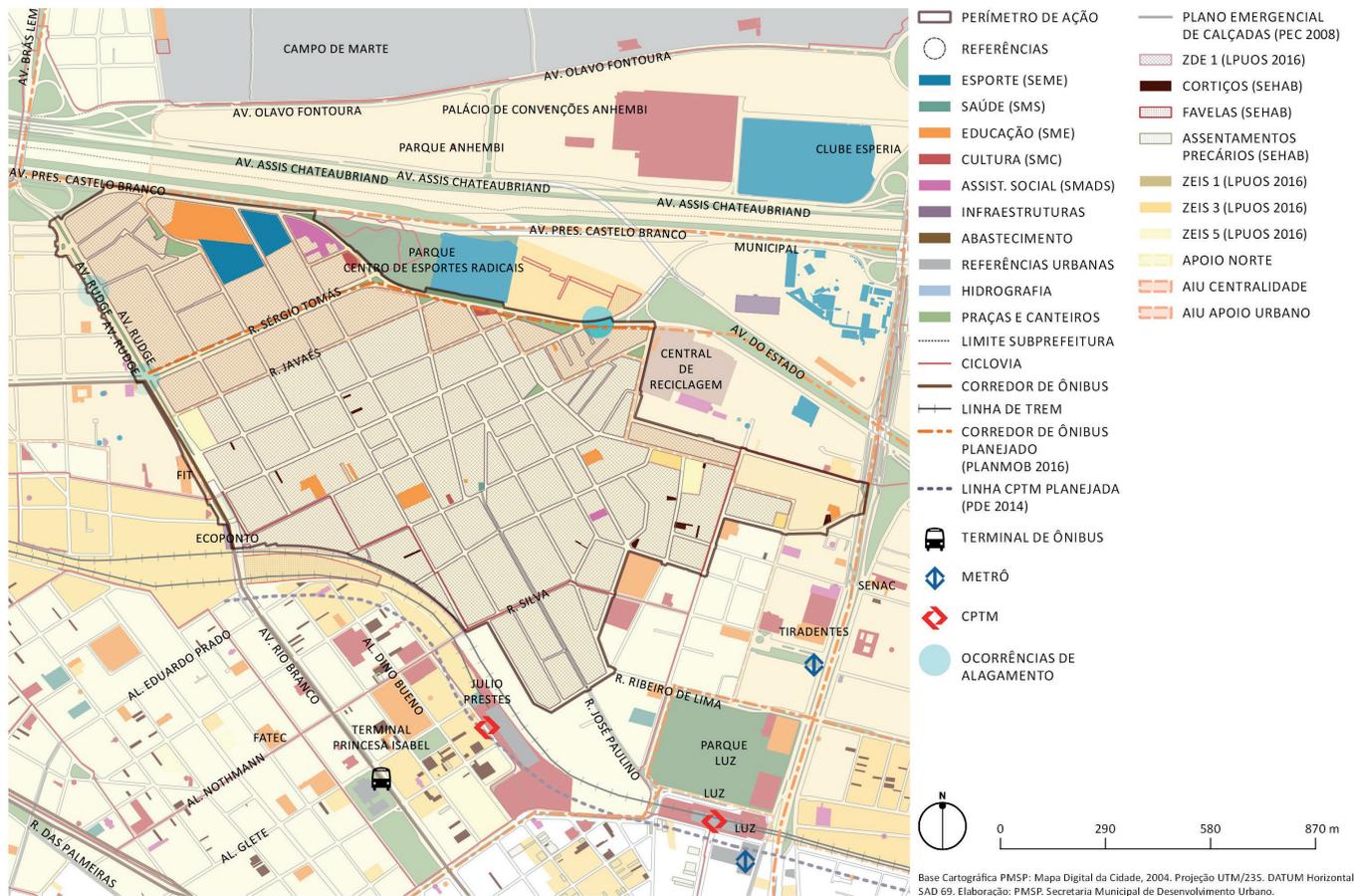
Contribuir com os programas relacionados à notificação para o parcelamento, edificação e utilização compulsórios (PEUC);

- Melhorar a segurança pública local.

Diretrizes

- Estudar possibilidades de implantação de CEI (Centro de Educação Infantil), EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil), creches (inclusive no período noturno), UPA (Unidade de Pronto Atendimento), biblioteca com foco no público infantil, programa de coleta seletiva de lixo eletrônico, equipamentos voltados à população imigrante, à LGBT, equipamentos psicossociais;
- Desenvolver ações de assistência social para atender a população em situação de rua, de imigrantes, LGBT e usuária de drogas;
- Qualificar os espaços livres públicos, garantindo acessibilidade universal, segurança e conforto para o pedestre, através de arborização, implantação de mobiliário urbano, informações da rede de transporte e melhoria da iluminação pública;
- Aumentar e qualificar a arborização e paisagismo, com aumento de áreas permeáveis quando possível;
- Criar áreas de permanência e convivência no espaço público;
- Elaborar plano especial de varrição e coleta de lixo pós-eventos;
- Desenvolver programas de reciclagem de materiais e descarte seletivo promovendo a criação de empregos;
- Promover ações de combate ao descarte ilegal de resíduos sólidos em ruas e espaços públicos, concomitante a oferta de locais adequados;
- Encontrar áreas para instalação de Ecopontos e viabilizar a sua implantação;
- Incentivar e dar suporte às Cooperativas existentes;
- Qualificar e articular os principais percursos e pontos de conexões (diurnos e noturnos), dando prioridade ao pedestre, ao ciclista e ao transporte público na utilização do viário;

- Estudar possibilidade de enterramento da fiação elétrica, implantação de áreas de carga e descarga condominiais;
- Demarcar os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICPs) com o objetivo de possibilitar ações específicas da administração pública e a articulação entre e com agentes privados e comunidade, na coordenação das atividades culturais em cada território, ampliando a capacidade individual de cada setor e potencializando o uso do espaço público e privado nessa direção;
- Qualificar as principais rotas e vias de pedestres, como calçadas, escadões, travessas, esquinas, principais cruzamentos viários, entorno dos grandes equipamentos públicos, viadutos e pontes;
- Garantir segurança e conforto (do alto número de pedestres) na utilização do viário através de alargamento das calçadas, travessias em nível, faixas de pedestres, semáforos, arborização, mobiliário urbano, iluminação pública, informações da rede de transporte e sinalização viária;
- Qualificar e ampliar a estrutura cicloviária, conectando a rede de transporte público e os principais equipamentos e áreas verdes;
- Estudar, redistribuir e disciplinar zonas de estacionamento, embarque e desembarque de passageiros e áreas de carga e descarga;
- Estudar o estreitamento do leito carroçável nas esquinas, o aumento das calçadas mediante implantação de traffic calming e a restrição de estacionamentos de veículos em vias públicas estreitas;
- Promover o estudo de um programa de comunicação visual para o Circuito de Compras e para o Cultural, com implantação de sinalização vertical / horizontal e de iluminação / comunicação visual;
- Estudar a viabilidade de retrofit como solução habitacional de interesse social.



Base Cartográfica PMSP: Mapa Digital da Cidade, 2004, Projeção UTM/23S, DATUM Horizontal SAD 69. Elaboração: PMSP, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Descrição

Área de uso misto, localizada na confluência dos rios Tietê e Tamanduatéi.

Caracterização

Conta com vias de importância regional e infraestrutura de transporte, além de equipamentos públicos, tais como Pinacoteca, Parque e Estação da Luz e Sala São Paulo.

Objetivos

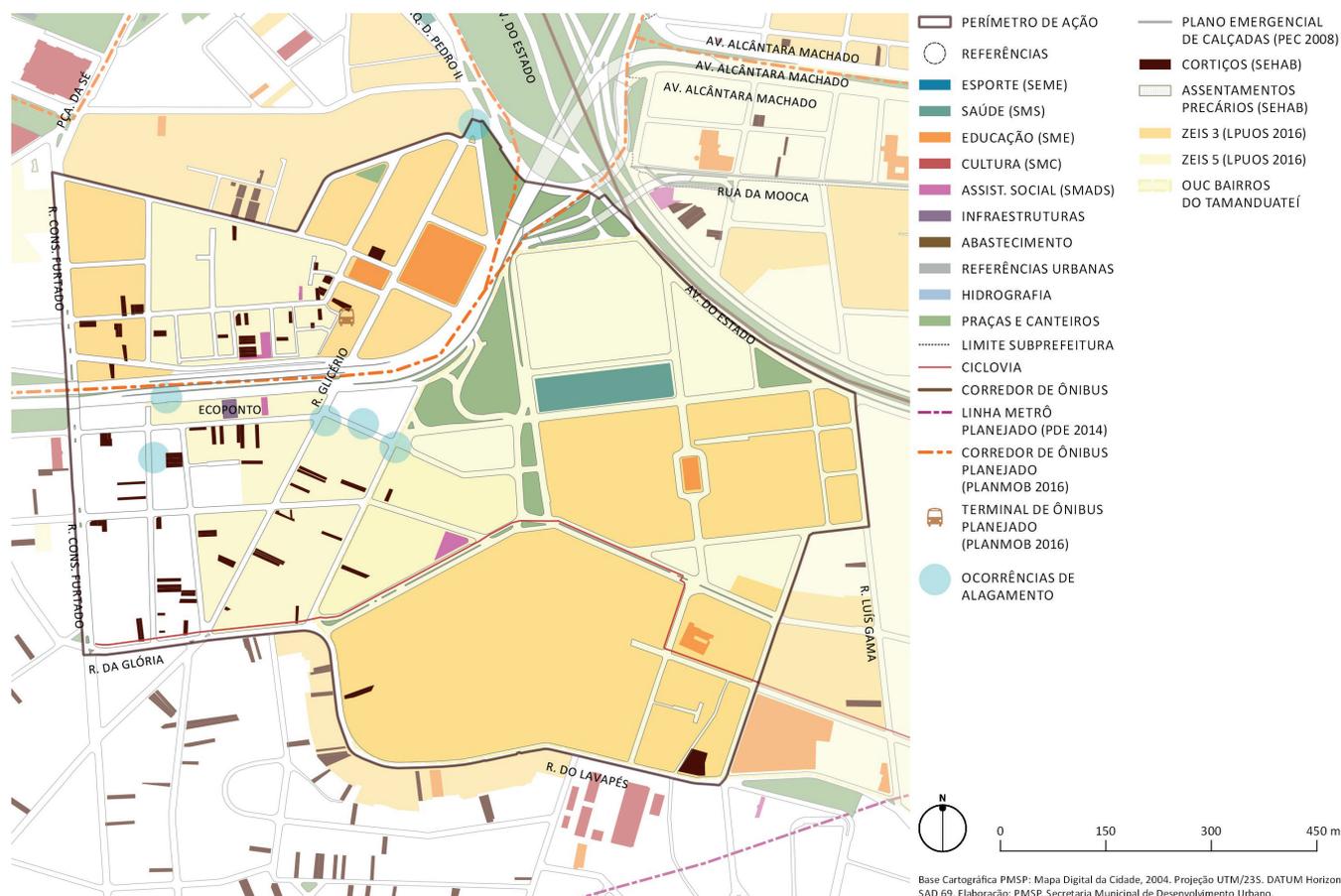
- Atender a demanda por equipamentos e serviços públicos sociais de saúde, de assistência social e de lazer e esportes;
- Atender a população em situação de vulnerabilidade social a população em situação de rua, a população de migrantes, a população usuária de drogas e a população em área de risco;
- Promover ações indutoras do desenvolvimento econômico local pela implantação de cursos profissionalizantes e pelo estímulo ao comércio e serviços locais;
- Qualificar os espaços livres públicos os vinculados aos equipamentos públicos, os vinculados ao comércio, os vinculados ao transporte público e os vinculados às centralidades;
- Atender a demanda por espaços livres públicos de lazer e esporte;

- Qualificar os parques existentes, resolvendo especialmente as questões de atendimento às demandas da população;
- Promover a conservação das paisagens e do patrimônio material e imaterial da região;
- Promover a recuperação e conservação ambiental das áreas verdes;
- Solucionar os problemas de saneamento ambiental manejo de águas pluviais (drenagem) e gestão de resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo - PGIRS;
- Promover a coleta e destinação de resíduos sólidos, de acordo com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo - PGIRS;
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade regional , metropolitana e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo - PLANMOB;
- Melhorar as condições de circulação de cargas, mitigando conflitos com os demais modais e com os usos da região;
- Promover o atendimento habitacional e a regularização fundiária de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação - PMH;
- Contribuir com os programas relacionados à notificação para o parcelamento, edificação e utilização compulsórios (PEUC);
- Melhorar a segurança pública local.

Diretrizes

- Requalificar as vias comerciais, com tratamento das calçadas, esquinas, arborização viária, instalação de mobiliário urbano que propicie o convívio social e Pocket Parks em pequenos espaços públicos;
- Desenvolver ações de assistência social para atender a população em situação de vulnerabilidade social, como população em situação de rua, usuária de drogas e imigrantes;
- Estudar possibilidades de enterramento da fiação elétrica, implantação de áreas de carga e descarga condominiais, melhoria da iluminação pública e do sistema de microdrenagem;
- Garantir a segurança e acessibilidade universal nas calçadas, calçadões e cruzamento de vias para pedestres e ciclistas;
- Qualificar e articular os principais percursos e pontos de conexões (diurnos e noturnos), dando prioridade ao pedestre, ao ciclista e ao transporte público na utilização do viário;
- Resolver os conflitos entre os usos locais e o fluxo de veículos de caráter regional, organizando o tráfego de Demarcar os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICPs) com o objetivo de possibilitar ações específicas da administração pública e a articulação entre e com agentes privados e comunidade, na coordenação das atividades culturais em cada território, ampliando a capacidade individual de cada setor e potencializando o uso do espaço público e privado nessa direção;
- Viabilizar, em parceria com a iniciativa privada, a implantação de Centros de Apoio ao Comprador, de Atendimento ao Turista (CAT) e de Referência da Moda;

- Empreender, em parceria com proprietários e empresários da área, intervenções urbanísticas que potencializem as relações de produções, a capacitação tecnológica e a reciclagem dos resíduos da indústria de confecção;
- Otimizar a utilização dos equipamentos públicos existentes e dos bens tombados através de melhorias na acessibilidade, na iluminação pública e na comunicação visual;
- Priorizar políticas de inclusão social dos moradores da região;
- Estudar alternativas para atender a população em situação de vulnerabilidade social e que se encontra em área de risco por meio da realocação habitacional da Favela do Moinho.



Base Cartográfica PMSP: Mapa Digital da Cidade, 2004, Projeção UTM/23S, DATUM Horizontal SAD 69. Elaboração: PMSP, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Descrição

Região com abrangência de três distritos, Sé, Liberdade e Cambuci, próxima ao Centro Histórico, Avenida do Estado e Viaduto do Glicério.

Caracterização

Encontra-se ao lado de importantes áreas comerciais, portanto com grande fluxo de pedestres. A população residente é constituída por pessoas de baixa renda e forte presença de imigrantes. A área encontra-se bastante deteriorada, com concentração de cortiços e graves problemas estruturais, sendo carente de políticas e serviços públicos.

Objetivos

- Atender a demanda por equipamentos e serviços públicos sociais de saúde, de educação, de assistência social, de cultura e de lazer e esportes;
- Atender a população em situação de vulnerabilidade social a população em situação de rua, a população de migrantes, a população usuária de drogas e a população em área de risco;
- Promover ações indutoras do desenvolvimento econômico local pela geração de empregos, pela implantação de cursos profissionalizantes e pelo estímulo ao comércio e serviços locais;
- Qualificar os espaços livres públicos os vinculados aos equipamentos públicos, os vinculados ao comércio e os vinculados ao transporte público;

- Atender a demanda por espaços livres públicos de lazer e esporte;
- Qualificar os parques existentes, resolvendo especialmente as questões de atendimento às demandas da população;
- Promover a conservação das paisagens e do patrimônio material e imaterial da região;
- Promover a recuperação e conservação ambiental das áreas verdes e e revitalização de áreas degradadas e contaminadas;
- Solucionar os problemas de saneamento ambiental esgotamento sanitário e gestão de resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo - PGIRS;
- Promover a coleta e destinação de resíduos sólidos, de acordo com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo - PGIRS;
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local;

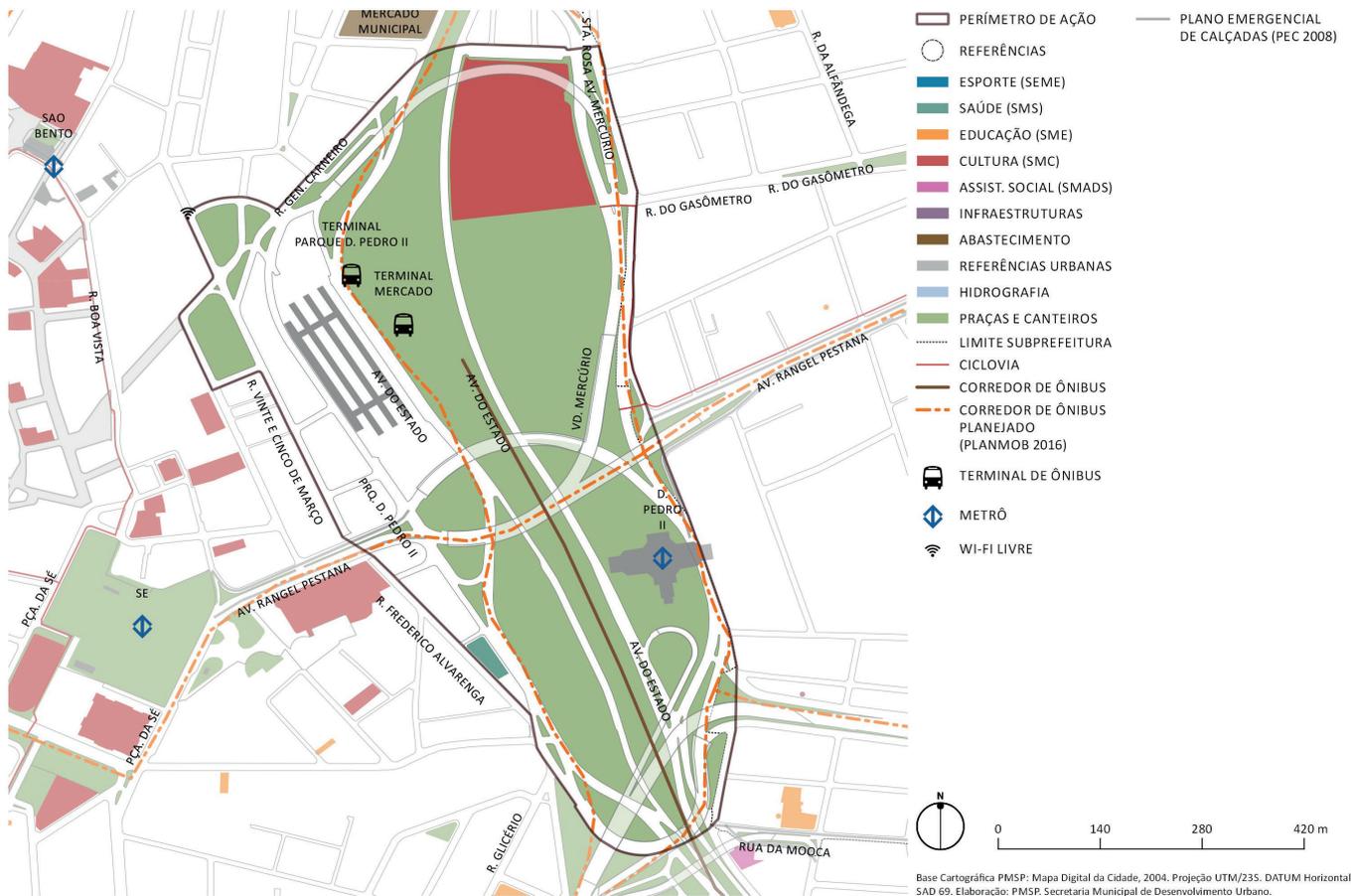
Promover o atendimento habitacional e a regularização fundiária de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação - PMH;

- Promover a regularização fundiária e urbanística;
- Contribuir com os programas relacionados à notificação para o parcelamento, edificação e utilização compulsórios (PEUC);
- Melhorar a segurança pública local.

Diretrizes

- Estudar possibilidades de implantação de equipamentos e serviços públicos, especialmente de saúde, educação, assistência social e cultura, por meio de Território CEU, creches, albergues, áreas de lazer, equipamentos esportivos, culturais e de CAPS III;
- Desenvolver ações de assistência social para atender a população em situação de vulnerabilidade social, como população em situação de rua, usuária de drogas, imigrantes e idosos;
- Debater as políticas setoriais e desenvolver um plano de integração das melhorias propostas, com participação dos moradores e comércio local, incorporando demandas da população flutuante e instalando novos equipamentos e serviços quando possível;
- Aumentar e qualificar a arborização e paisagismo, com aumento de áreas permeáveis quando possível;
- Requalificar as vias, com tratamento das calçadas, esquinas, arborização viária, instalação de mobiliário urbano que propicie o convívio social, melhoria da iluminação pública e dos sistemas de saneamento e de microdrenagem;
- Adequar praças e parques com projetos de lazer e requalificação paisagístico do entorno;
- Implantar programas de educação ambiental;
- Promover a importância da paisagem como fator determinante da estética urbana;
- Estabelecer melhorias na infraestrutura de serviços para abrigar atividades culturais;

- Demarcar os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICPs) com o objetivo de possibilitar ações específicas da administração pública e a articulação entre e com agentes privados e comunidade, na coordenação das atividades culturais em cada território, ampliando a capacidade individual de cada setor e potencializando o uso do espaço público e privado nessa direção;
- Qualificar a infraestrutura de drenagem para solucionar problema dos pontos de alagamento;
- Desenvolver programas de reciclagem de materiais e descarte seletivo promovendo a criação de empregos;
- Promover ações de combate ao descarte ilegal de resíduos sólidos em ruas e espaços públicos, concomitante a oferta de locais adequados;
- Encontrar áreas para instalação de Ecopontos e viabilizar a sua implantação;
- Facilitar a implantação de composteiras comunitárias;
- Garantir a segurança e a acessibilidade universal nas calçadas e cruzamento de vias;
- Requalificar os trajetos dos pedestres, principalmente nas áreas rompidas pelo sistema viário leste/oeste (trecho entre a Praça Roosevelt e a região do Glicério);
- Estudar alternativas para atendimento habitacional da população residente nas ocupações precárias ou para urbanização das ocupações irregulares demarcadas como ZEIS;
- Requalificar os conjuntos habitacionais existentes;
- Promover implantação de Habitação de Interesse Social, especialmente para atender à população carente já residente na região;
- Mapear edifícios subutilizados e/ou abandonados que possam ser convertidos em habitação de interesse social.



Descrição

Parque Dom Pedro II se encontra no distrito da Sé, na antiga Várzea do Carmo, na divisa entre as Subprefeituras da Sé e da Mooca.

Caracterização

É uma área degradada e subutilizada, cortada por vias, viadutos e a Avenida do Estado, tendo em seu interior um Terminal de Ônibus de grande movimento e o Palácio das Indústrias, que é um bem tombado. Possui aproximadamente metade de área verde inicialmente existente, sendo fechado por grades, o que agrava a insegurança dos pedestres que passam pelo parque.

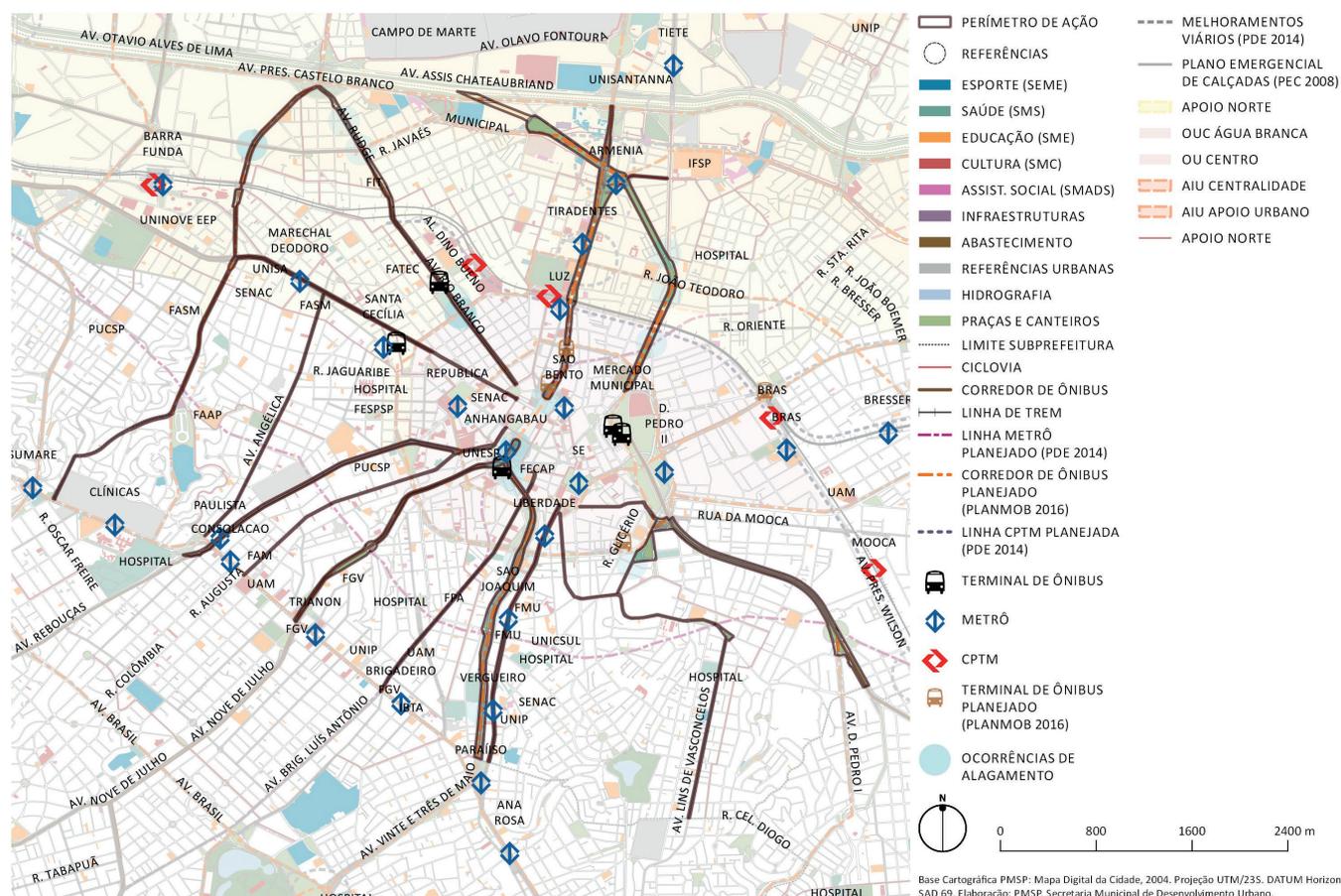
Objetivos

- Atender a demanda por equipamentos e serviços públicos sociais de educação, de assistência social e de lazer e esportes;
- Atender a população em situação de vulnerabilidade social a população em situação de rua e a população usuária de drogas;
- Qualificar os espaços livres públicos os vinculados aos equipamentos públicos, os vinculados aos pólos atrativos e os vinculados às áreas de lazer;
- Atender a demanda por espaços livres públicos de lazer e esporte;
- Qualificar os parques existentes as questões de acessibilidade e conectividade, as questões de tratamento das bordas e as questões de atendimento às demandas da população;

- Promover a conservação das paisagens e do patrimônio material e imaterial da região;
- Promover a recuperação e conservação ambiental das áreas verdes;
- Promover a coleta e destinação de resíduos sólidos, de acordo com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo - PGIRS;
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo - PLANMOB;
- Melhorar a segurança pública local.

Diretrizes

- Desenvolver ações de assistência social para atender a população em situação de vulnerabilidade social, como população em situação de rua e usuária de drogas;
- Qualificar os espaços livres públicos, garantindo acessibilidade universal, segurança e conforto para o pedestre, através de arborização, implantação de mobiliário urbano e melhoria da iluminação pública;
- Elaborar um projeto paisagístico para o parque que propicie o convívio social e permanência, sendo o agente integrador dos equipamentos públicos e culturais;
- Promover atividades contemplativas, esportivas e de lazer;
- Melhorar o acesso ao parque, criando possibilidades alternativas de conexão com seu entorno;
- Implementar sinalização voltada para pedestres, indicando os principais equipamentos e referências urbanas;
- Preservar o patrimônio histórico e a paisagem do parque, valorizando bens tombados, históricos ou de interesse cultural;
- Promover ações de educação ambiental;
- Elaborar plano especial de varrição e coleta seletiva;
- Estudar alternativas para a circulação viária no perímetro, considerando inclusive a demolição do Viaduto Diário Popular e implantar novas sobreposições do Rio Tamanduateí, transformando o parque em agente qualificador das conexões entre as várias áreas significativas de seu entorno;
- Estudar alternativas de melhoria da qualidade urbana no entorno da estação de metrô Parque Dom Pedro II;
- Conservar as passagens de pedestres que cruzam o parque e possibilitar conexões acessíveis e seguras;
- Criação de um Conselho Gestor.



Descrição

Ligação da região central com as subprefeituras limítrofes (Vila Mariana, Pinheiros, Lapa e Santana), feita através de grandes avenidas. Principais vias de acesso de pedestres, ciclistas e veículos motorizados - individuais e coletivos.

Caracterização

Os eixos regionais - Avenidas: Liberdade, Vinte e Três de Maio, Brigadeiro Luís Antônio, Nove de Julho, São João, Rio Branco, Prestes Maia, Tiradentes, Santos Dumont, Lins de Vasconcelos e do Estado; e Ruas: Tabatinguera, Augusta e da Consolação - ligam o Centro Antigo com o restante da cidade, recebem um grande fluxo de pessoas e veículos todos os dias e, portanto, necessitam de manutenção constante.

Objetivos

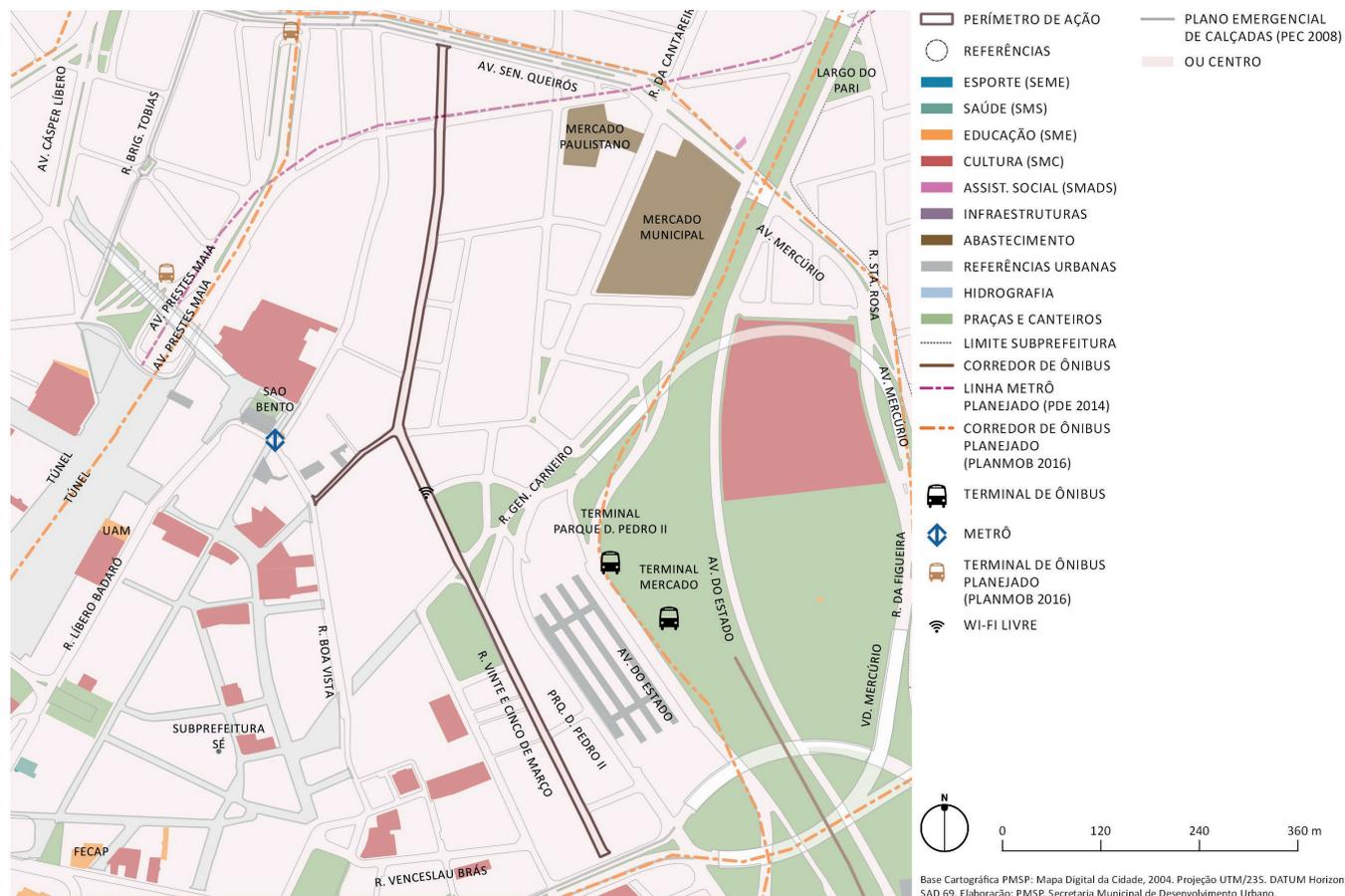
- Atender a demanda por equipamentos e serviços públicos sociais, especialmente de abastecimento (por exemplo, feiras livres e mercados municipais);
- Atender a população em situação de vulnerabilidade social a população em situação de rua e a população usuária de drogas;
- Promover ações indutoras do desenvolvimento econômico local pela geração de empregos e pelo estímulo ao comércio e serviços locais;

- Qualificar os espaços livres públicos os vinculados aos equipamentos públicos, os vinculados ao comércio, os vinculados ao transporte público, os vinculados aos pólos atrativos, os vinculados às centralidades e os vinculados às áreas de lazer;
- Atender a demanda por espaços livres públicos de lazer e esporte;
- Qualificar os parques existentes, resolvendo especialmente as questões de atendimento às demandas da população;
- Promover a conservação das paisagens e do patrimônio material e imaterial da região;
- Promover a recuperação e conservação ambiental das áreas verdes;
- Solucionar os problemas de saneamento ambiental manejo de águas pluviais (drenagem) e gestão de resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo - PGIRS;
- Promover a coleta e destinação de resíduos sólidos, de acordo com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo - PGIRS;
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local , regional , metropolitana e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo - PLANMOB;
- Melhorar as condições de circulação de cargas, mitigando conflitos com os demais modais e com os usos da região;
- Contribuir com os programas relacionados à notificação para o parcelamento, edificação e utilização compulsórios (PEUC);
- Melhorar a segurança pública local.

Diretrizes

- Estudar a possibilidade de implantação de um CEU na Av. Estado, uma UP (Unidade de Pronto Atendimento) nos arredores da Praça Roosevelt, uma UBS no Vd. Tom Jobim, finalização do projeto de ligação subterrânea do Prédio Anexo com a Biblioteca Mário de Andrade, catalogação de todas as obras de arte do Cemitério da Consolação;
- Desenvolver ações de assistência social para atenção a população em situação de rua e usuária de drogas, especialmente no cruzamento da Av. Paulista com as ruas da Consolação e Minas Gerais;
- Qualificar os espaços livres públicos, garantindo acessibilidade universal, segurança e conforto para o pedestre, através de arborização (especialmente na Av. Angélica), implantação de mobiliário urbano e Pocket Parks, informações da rede de transporte e melhoria da iluminação pública (especialmente em frente ao Cemitério da Consolação, R. Consolação, Praça da República, R. Bela Cintra e no cruzamento da Av. Paulista com as ruas da Consolação e Minas Gerais);
- Aumentar e qualificar a arborização e paisagismo, com aumento de áreas permeáveis quando possível;
- Adequar praças e parques com projetos de lazer e requalificação paisagístico do entorno, especialmente nas praças Quatorze Bis, Arquiteto Barry Parker e Vinícius de Moraes;
- Implementar sinalização voltada para pedestres, indicando os principais equipamentos e referências urbanas;
- Promover a importância da paisagem como fator determinante da estética urbana;

- Mapear os equipamentos e os agentes culturais;
- Estabelecer roteiros de atividades culturais no território e plano especial de ocupação das áreas públicas;
- Demarcar os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICPs), com o objetivo de possibilitar ações específicas da administração pública e a articulação entre e com agentes privados e comunidade, na coordenação das atividades culturais em cada território, ampliando a capacidade individual de cada setor, e potencializando o uso do espaço público e privado nessa direção;
- Elaborar plano especial de varrição e coleta de lixo póseventos;
- Promover ações de combate ao descarte ilegal de resíduos sólidos em ruas e espaços públicos, concomitante a oferta de locais adequados;
- Qualificar e articular os principais percursos e pontos de conexões (diurnos e noturnos), dando prioridade ao pedestre, ao ciclista e ao transporte público na utilização do viário;
- Qualificar as principais rotas e vias de pedestres, como calçadas, escadões, travessas, esquinas, principais cruzamentos viários, entorno dos grandes equipamentos públicos, viadutos e pontes, bem como melhoria das faixas de pedestres existentes (especialmente na R. Consolação, em frente à Praça Roosevelt);
- Elaborar e implantar um plano integrado de gerenciamento, manutenção e manejo de vias públicas e calçadas;
- Resolver os conflitos entre os usos locais e o fluxo de veículos de caráter regional, organizando o tráfego de passagem e implementando propostas de traffic calming;
- Garantir que o subsistema local de transporte coletivo está adequado ao tamanho da caixa viária;
- Estudar possibilidades de enterramento da fiação das principais vias, especialmente R. Augusta;
- Estudar a possibilidade de fechar avenidas para uso exclusivo de lazer aos domingos e feriados, especialmente a R. Augusta e a Praça Santo Agostinho;
- Atualizar os tempos dos sinais de trânsito e redimensionar as faixas de pedestres quando necessário;
- Qualificar e ampliar a estrutura cicloviária, conectando a rede de transporte público e os principais equipamentos e áreas verdes;
- Estudar medidas e promover ações que reduzam os acidentes de trânsito;
- Reduzir a velocidade dos veículos automotores em vias de ligação;
- Aplicar a lei de forma rígida, intensificando a fiscalização, promover a manutenção da iluminação e limpeza da via;
- Promover o estudo de um programa de comunicação visual para o Circuito de Compras, com implantação de sinalização vertical / horizontal e implantar iluminação / comunicação visual diferenciados (emplacamento e calçamentos próprios) para os bens tomados do Circuito Cultural;
- Estudar possibilidades de melhorias na conexão com a Zona Leste.



Base Cartográfica PMSP: Mapa Digital da Cidade, 2004, Projeção UTM/23S, DATUM Horizontal SAD 69. Elaboração: PMSP, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Descrição

Rua 25 de Março, entre outras, como a Rua Barão de Duprat, recebem milhares de pessoas todos os dias por conta de sua importância comercial. Além disso, constituem parte do Circuito de Compras, com enorme circulação de pessoas e ônibus todos os dias.

Caracterização

A quantidade de veículos que transitam por esta rua, bem como em suas proximidades, causa transtorno para os pedestres que, muitas vezes, precisam andar sobre o leito carroçável, já nem sempre as calçadas suprem a quantidade de usuários. A carência de espaço, somada à grande quantidade de fretados, tornou-se um problema para a região, tendo em vista ainda que o Circuito de Compras atrairá um número maior de usuários.

Objetivos

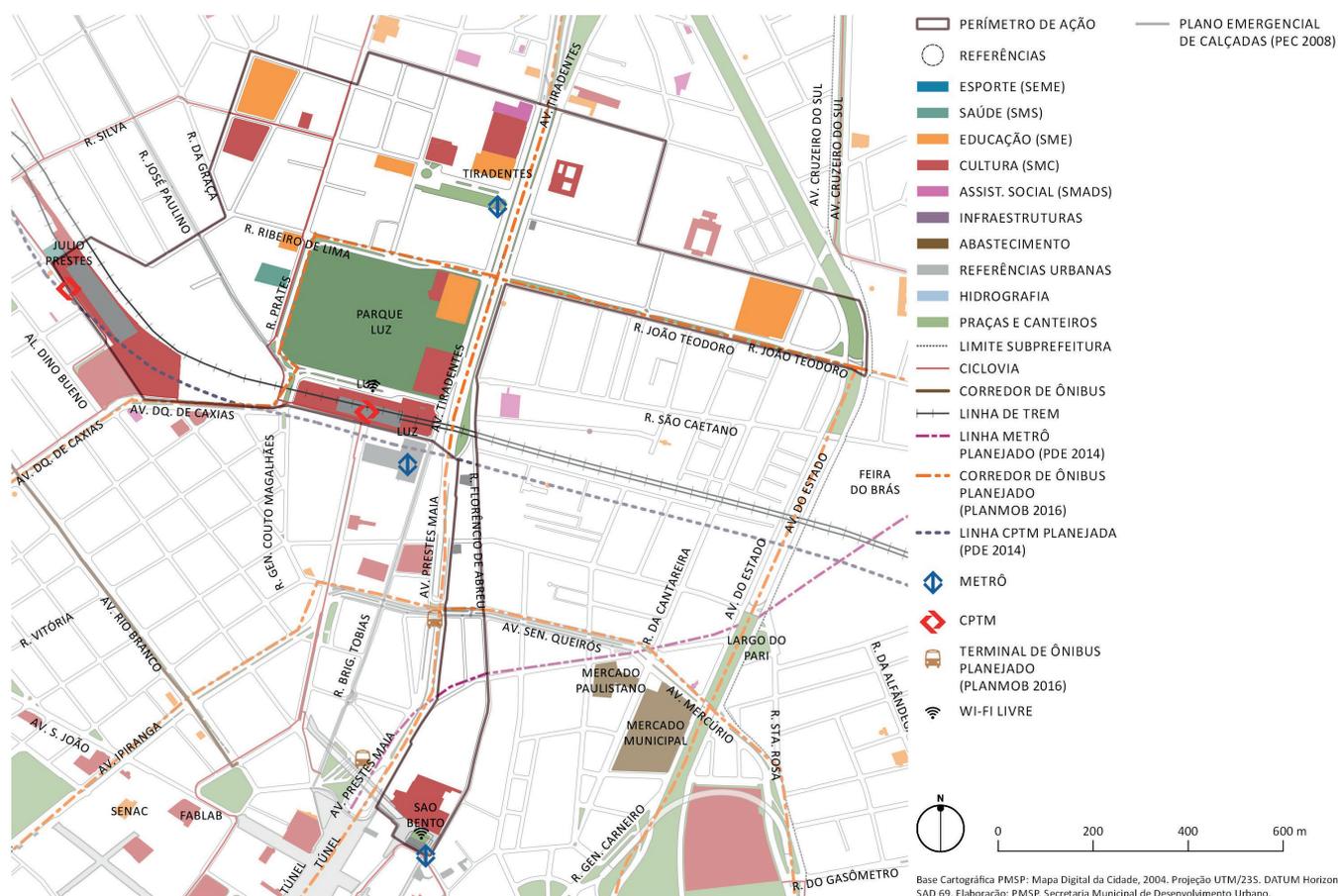
- Atender a demanda por equipamentos e serviços públicos sociais de assistência social e de abastecimento (por exemplo, feiras livres e mercados municipais);
- Atender a população em situação de vulnerabilidade social, especialmente a população em situação de rua;
- Promover ações indutoras do desenvolvimento econômico local, especialmente pelo estímulo ao comércio e serviços locais;

- Qualificar os espaços livres públicos os vinculados ao comércio, os vinculados aos pólos atrativos e os vinculados às centralidades;
- Promover a conservação das paisagens e do patrimônio material e imaterial da região;
- Solucionar os problemas de saneamento ambiental manejo de águas pluviais (drenagem) e gestão de resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo - PGIRS;
- Promover a coleta e destinação de resíduos sólidos, de acordo com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo - PGIRS;
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local, regional, metropolitana e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo - PLANMOB;
- Melhorar as condições de circulação de cargas, mitigando conflitos com os demais modais e com os usos da região;
- Contribuir com os programas relacionados à notificação para o parcelamento, edificação e utilização compulsórios (PEUC);
- Melhorar a segurança pública local.

Diretrizes

- Estudar possibilidade de implantação de estacionamentos públicos na região e creches;
- Qualificar os acessos aos equipamentos públicos e aos comércios;
- Debater as políticas setoriais e desenvolver um plano de integração das melhorias propostas, com participação dos moradores e comércio local, incorporando demandas da população flutuante e instalando novos equipamentos e serviços quando possível;
- Qualificar os espaços livres públicos, garantindo acessibilidade universal, segurança e conforto para o pedestre, através de arborização, implantação de mobiliário urbano, informações da rede de transporte e melhoria da iluminação pública;
- Aumentar e qualificar a arborização e paisagismo, com aumento de áreas permeáveis quando possível;
- Implementar sinalização voltada para pedestres, indicando os principais equipamentos e referências urbanas;
- Qualificar a infraestrutura de drenagem para solucionar problema dos pontos de alagamento;
- Elaborar plano especial de varrição e coleta de lixo pós-eventos;
- Desenvolver programas de reciclagem de materiais e descarte seletivo;
- Promover ações de combate ao descarte ilegal de resíduos sólidos em ruas e espaços públicos, concomitante a oferta de locais adequados;
- Encontrar áreas para instalação de Ecopontos e viabilizar a sua implantação;
- Qualificar as principais rotas e vias de pedestres, como calçadas, escadões, travessas, esquinas, principais cruzamentos viários e entorno dos grandes equipamentos públicos;

- Garantir arborização, mobiliário urbano, iluminação pública, informações da rede de transporte e sinalização viária, inclusive indicando o calçadão da R. 25 de Março;
- Estudar, redistribuir e disciplinar zonas de estacionamento, embarque e desembarque de passageiros e áreas de carga e descarga;
- Priorização dos pedestres na utilização da Rua 25 de Março, alargar e garantir acessibilidade universal nas calçadas, calçadões, cruzamento de vias edifícios e espaços públicos, aumentar a arborização, principalmente nas rotas dos pedestres e enterramento da fiação elétrica;
- Estudar medidas e promover ações que reduzam os acidentes de trânsito;
- Desenvolver padrão de calçada, sinalização, instalar mobiliário urbano que propicie convívio social e Pocket Parks em pequenos espaços públicos, garantindo a segurança e realizar manutenção periódica das galerias de água pluvial e da rede coletora de esgoto;
- Implantação de espaço de apoio logístico aos turistas de comércio contendo posto de informações, guardavolumes, sanitários, área de convívio, descanso e estudos para implantação de estacionamento de ônibus fretados;
- Criação de um calçadão na Rua 25 de Março e melhoria das condições de circulação dos pedestres e espaços públicos;
- Regularização dos camelôs e vendedores ambulantes;
- Instalar banheiros públicos;
- Instalar Ponto de Apoio ao Turista e Comprador;
- Estudar intervenção para o grande número de camelôs e vendedores ambulantes que ocupam o espaço dos pedestres, obrigando-os a competir com os automóveis no leito carroçável.



Descrição

Área de uso misto com localização privilegiada, situada no distrito do Bom Retiro.

Caracterização

Conta com vias de importância regional, infraestrutura de transportes, importantes equipamentos de cultura, lazer e entretenimento de destaque, além de centros comerciais de importância regional. Marcada pelo esvaziamento e decaimento da qualidade de sua condição urbana favorável e crescente sentimento de insegurança por parte da população. Devido a existência de uma escola pública (EMEI) dentro do Parque da Luz, são necessários locais para embarque e desembarque das crianças, bem como ciclovias de acesso à escola.

Objetivos

- Atender a demanda por equipamentos e serviços públicos sociais, especialmente de assistência social e de lazer e esportes;
- Atender a população em situação de vulnerabilidade social, especialmente a população em área de risco;
- Promover ações indutoras do desenvolvimento econômico local pelo estímulo ao comércio e serviços locais;
- Qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados ao comércio e os vinculados ao transporte público;

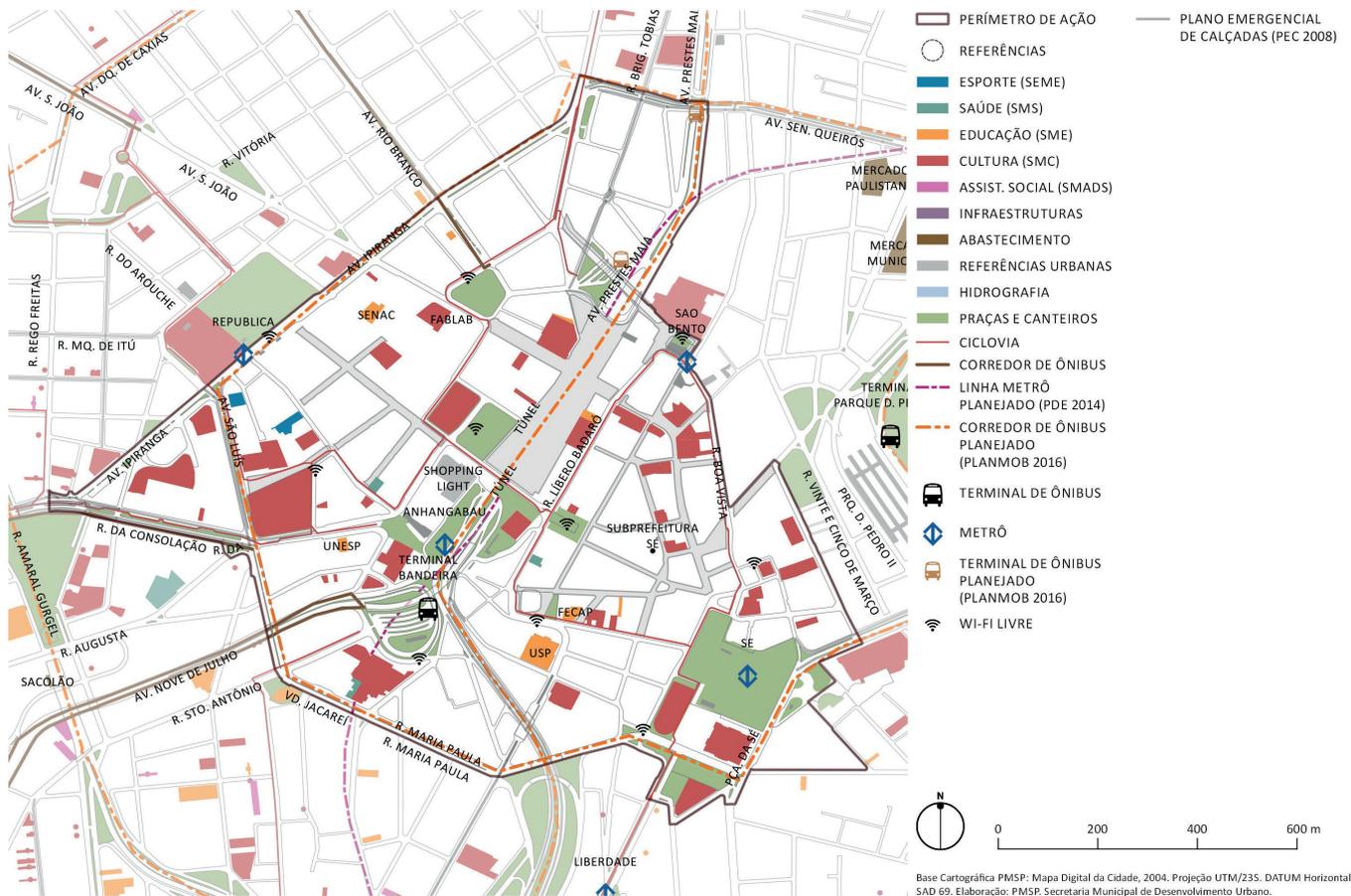
- Solucionar os problemas de saneamento ambiental, em especial esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais (drenagem);
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local;

Diretrizes

- Implantar transposições da Avenida Tiradentes / ferrovia e transformar o Parque da Luz em área permeável para os pedestres;

Alargar e padronizar as calçadas, requalificar as esquinas, aumentar a arborização, enterrar a fiação elétrica, melhorar a micro drenagem e criar áreas de carga / descarga condominiais;

- Melhorar a iluminação pública do viário das ruas de conexão entre equipamentos, regulamentar o estacionamento de veículos nas vias públicas, aumentar o sombreamento das ruas, principalmente nas rotas de pedestres e melhorar os serviços de apoio ao turismo;
- Promover o estudo de um programa de comunicação visual para o Circuito de Compras, com implantação de sinalização vertical / horizontal e implantar iluminação / comunicação visual diferenciados (emplacamento e calçamentos próprios) para os bens tomados do Circuito Cultural;
- Garantir a segurança, acessibilidade universal nas calçadas, calçadões e cruzamento de vias para pedestres / ciclistas (inclusive de acesso ao EMEI), instalar locais para embarque e desembarque dos estudantes do EMEI, mobiliário urbano que propicie o convívio social e Pocket Parks em pequenos espaços públicos;
- Criar Termos de Referência, que legisle sobre os bens tomados e áreas públicas, definindo parâmetros rigorosos sobre manutenções e intervenções.



Descrição

A região é formada pelos distritos da República e da Sé, locais em que são encontradas as principais estruturas que contam a história de São Paulo.

Caracterização

Devido ao grande número de pessoas, é nítida a necessidade de espaços públicos de qualidade e, principalmente, nota-se a ausência parcial ou total de mobiliário urbano para os mesmos e a acessibilidade universal é urgente, pois sua ausência dificulta o acesso dos usuários ao Centro. Ainda, o trânsito de veículos (oficiais ou não)? dentro do perímetro do calçadão central causa problemas corriqueiros no que diz respeito ao calçamento, sendo necessárias obras continuamente no piso.

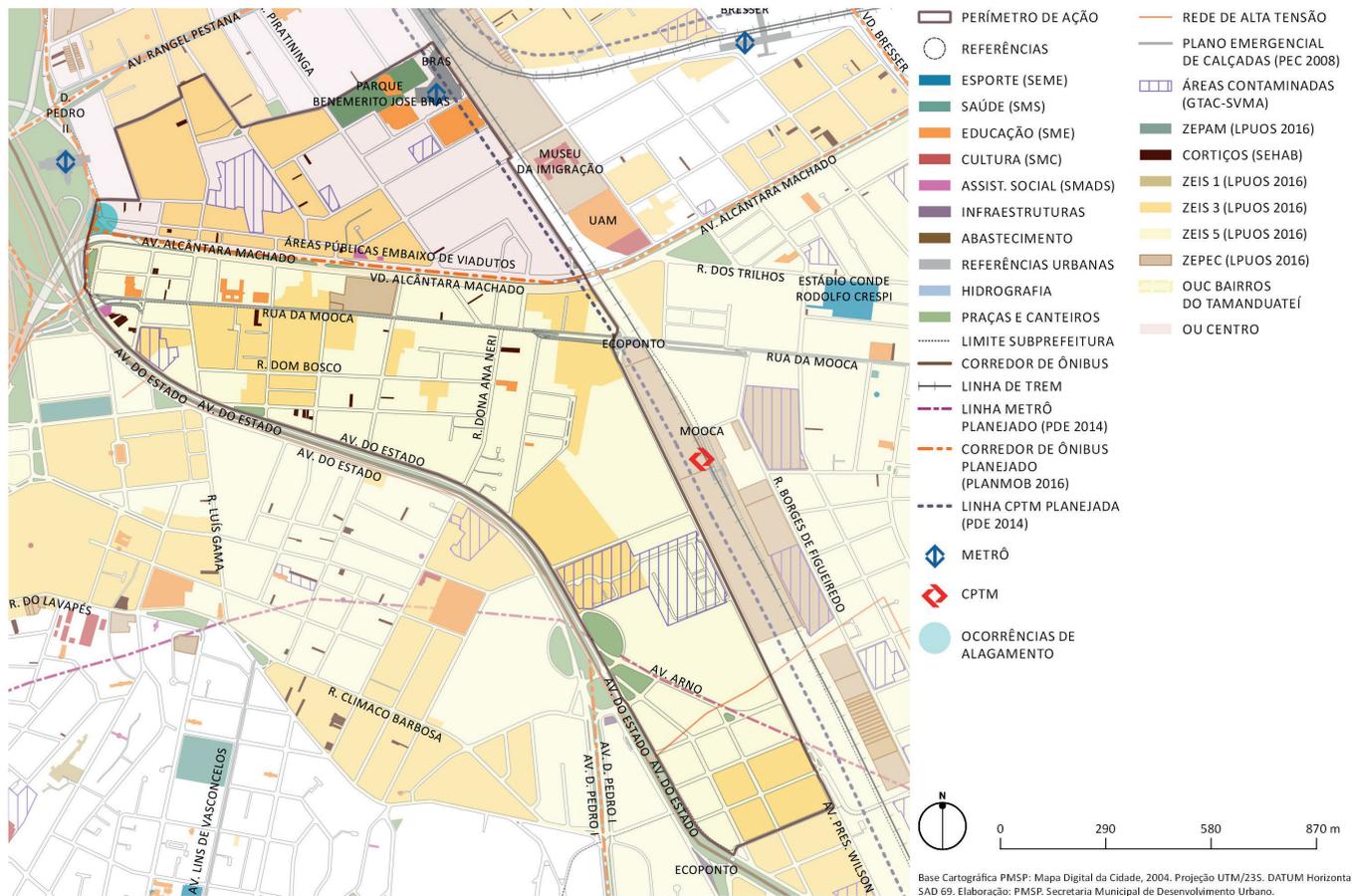
Objetivos

- Atender a demanda por equipamentos e serviços públicos sociais, especialmente de assistência social e de lazer e esportes;
- Atender a população em situação de vulnerabilidade social, especialmente a população em área de risco;
- Promover ações indutoras do desenvolvimento econômico local pelo estímulo ao comércio e serviços locais;
- Qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados ao comércio e os vinculados ao transporte público;

- Solucionar os problemas de saneamento ambiental, em especial esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais (drenagem);
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local;

Diretrizes

- Requalificar as vias, com tratamento e padronização da pavimentação das calçadas, calçadões e esquinas, arborização viária, instalação de mobiliário urbano que propicie o convívio social e Pocket Parks em pequenos espaços públicos, enterração da fiação elétrica, melhoria da iluminação pública, do sistema de micro drenagem e da rede coletora de esgoto;
- Criar instrumentos que propiciem uma fiscalização mais eficaz e eficiente dos espaços públicos e das fachadas dos edifícios históricos;
- Promover o estudo de um programa de comunicação visual para o Circuito de Compras e para o Cultural, com implantação de sinalização vertical / horizontal e de iluminação / comunicação visual.



Base Cartográfica PMSP: Mapa Digital da Cidade, 2004, Projeção UTM/23S, DATUM Horizontal SAD 69. Elaboração: PMSP, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Descrição

Perímetro localizado entre a Avenida do Estado e a linha férrea, abrange áreas da Subprefeitura Mooca e Sé e está contido dentro da área da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí (OUCBT).

Caracterização

Predomínio de usos comerciais e serviços, e usos mistos de comércio e indústria, marcada pela presença de galpões industriais e armazéns em grandes glebas próximas à ferrovia (Linha 10 Turquesa da CPTM). As principais vias que concentram atividades de comércio e serviço são R. da Mooca, R. Piratininga, Av. Rangel Pestana e R. do Gasômetro, outro destaque é a Av. Presidente Wilson pelo seu uso industrial.

Perímetro apresenta uma série de habitações coletivas precárias de aluguel (cortiços) e grande quantidade de áreas demarcadas como ZEIS-3 pelo PDE (Lei 16.050/14) e Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo -

LPUOS (Lei 16.402/16). Além disso, apresenta também questões sociais ligadas à concentração de população em situação de rua, principalmente nas proximidades de viadutos, e ocorrências de uso de drogas, sendo necessária assistência social a essa população em situação de vulnerabilidade social.

É marcada por seu aspecto histórico e pela presença de Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC), definidas pelo PDE e LPUOS, que são porções do

território destinadas à preservação, valorização e salvaguarda dos bens de valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico. É uma área com grande potencial de transformação urbana e está contido na área de adesão da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí (OUCBT - Setor Mooca) e parcialmente contido na Operação Urbana Centro.

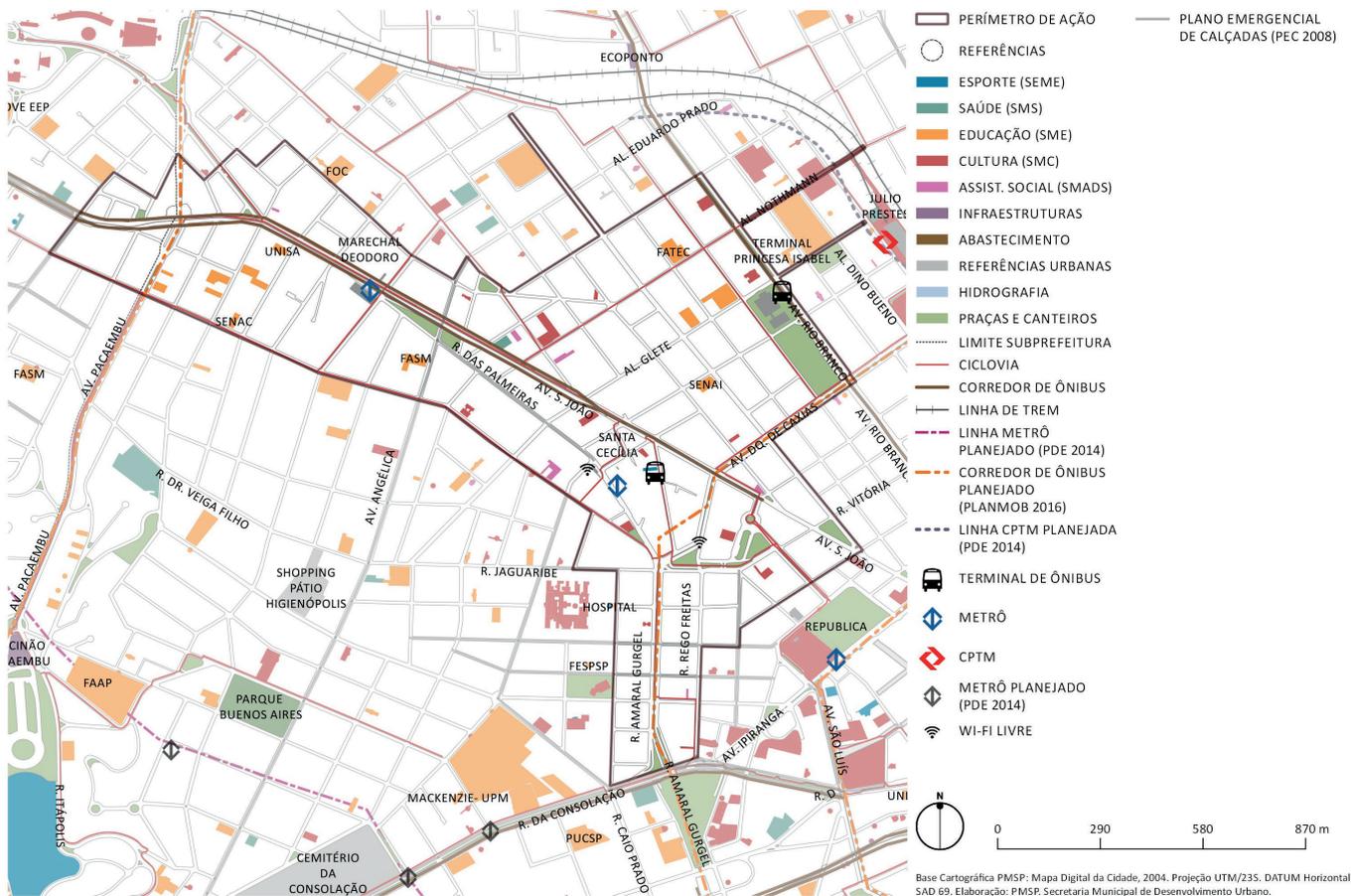
Objetivos

- Atender a população em situação de vulnerabilidade social, especialmente a população em situação de rua e a população usuária de drogas;
- Promover ações indutoras do desenvolvimento econômico local, especialmente pelo estímulo à implantação de atividades industriais e pelo estímulo ao comércio e serviços locais;
- Qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados às centralidades;
- Implantar os parques planejados;
- Promover a conservação das paisagens e do patrimônio material e imaterial da região;
- Promover a recuperação e conservação ambiental dos cursos d'água e e revitalização de áreas degradadas e contaminadas;
- Solucionar os problemas de saneamento ambiental manejo de águas pluviais (drenagem);
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local, regional e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo - PLANMOB;
- Promover o atendimento habitacional e a regularização fundiária de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação - PMH;
- Contribuir com os programas relacionados à notificação para o parcelamento, edificação e utilização compulsórios (PEUC).

Diretrizes

- Buscar a redução das desigualdades socioeconômicas através do desenvolvimento da centralidade comercial e industrial existente, equacionando as relações entre moradia, emprego e oferta de equipamentos sociais na área;
- Desenvolver ações de assistência social à população em situação de vulnerabilidade social (população em situação de rua e usuária de drogas);
- Estimular a criação e manutenção de comércio e serviços locais no térreo dos imóveis existentes ou a construir, de modo a proporcionar fachada ativa nas vias do perímetro e aumentar a oferta de empregos na área;
- Garantir a permanência e a instalação de empresas que gerem empregos no território. Destaque para as indústrias e armazéns na Av. Presidente Wilson;
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao uso comercial e industrial existente na área, bem como ao adensamento populacional previsto para a área, seguindo as diretrizes propostas na OUCBT;
- Estimular o uso e a permanência nas praças e áreas verdes através de sua qualificação com tratamento paisagístico adequado;

- Elaborar projeto de arborização urbana que seja adequado e compatível com a grande circulação de pedestres nos bairros, especialmente para reduzir os efeitos da ilha de calor urbana, considerando as diretrizes da OUCBT;
- Ofertar novas áreas verdes de modo a qualificar a área. Destaque para o Parque Alberto Lion planejado na OUCBT;
- Tutelar e preservar os bens materiais que compõem o patrimônio histórico cultural existente no perímetro, em especial os localizados ao longo da Av. Presidente Wilson e R. da Mooca;
- Executar as obras de drenagem previstas na OUCBT, aliadas a implantação de rede de parques e áreas verdes livres, buscando a contenção e/ou mitigação de alagamentos na área e recuperação ambiental do Rio Tamanduateí;
- Monitorar a contaminação do solo no perímetro, considerando as diretrizes da OUCBT. Destaque para os lotes na Av. do Estado;
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos, sobretudo nas vias com grande fluxo de pedestres e as que conectam equipamentos públicos. Destaque para Av. Presidente Wilson, R. da Mooca, R. Barão de Jaguará e R. Dona Ana Neri;
- Qualificar as principais conexões viárias existentes. Destaque para os melhoramentos viários, eixos de qualificação e corredores de centralidade previstos na OUCBT;
- Desenvolver percursos alternativos para pedestres, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas, melhorando a mobilidade local da área. Destaque para Av. Alcântara Machado, Av. do Estado e linhas ferroviárias;
- Qualificar os acessos à Estação Mooca (Linha 10 Turquesa da CPTM) pela Av. Presidente Wilson, de modo a garantir a segurança pública e a acessibilidade universal;
- Promover soluções habitacionais de acordo com diretrizes do Plano Municipal de Habitação (PMH), integradas ao Governo do Estado (Casa Paulista) e as diretrizes da OUCBT, que melhorem as condições de vida e moradia da população residente em áreas de precariedade habitacional;
- Estimular o desenvolvimento de projetos em terrenos e lotes, públicos ou privados, que estejam subutilizados ou não edificados.



Descrição

Localizada no distrito de Santa Cecília, República e Consolação, acompanhando o eixo do Elevado João Goulart (Minhocão).

Caracterização

Região bem servida de infraestrutura urbana, conta com usos diversos, comércio, serviço e habitação. A área encontra-se bastante deteriorada, com concentração de cortiços, praças que servem de locais para descarte de lixo e grande número de moradores em situação de rua.

Objetivos

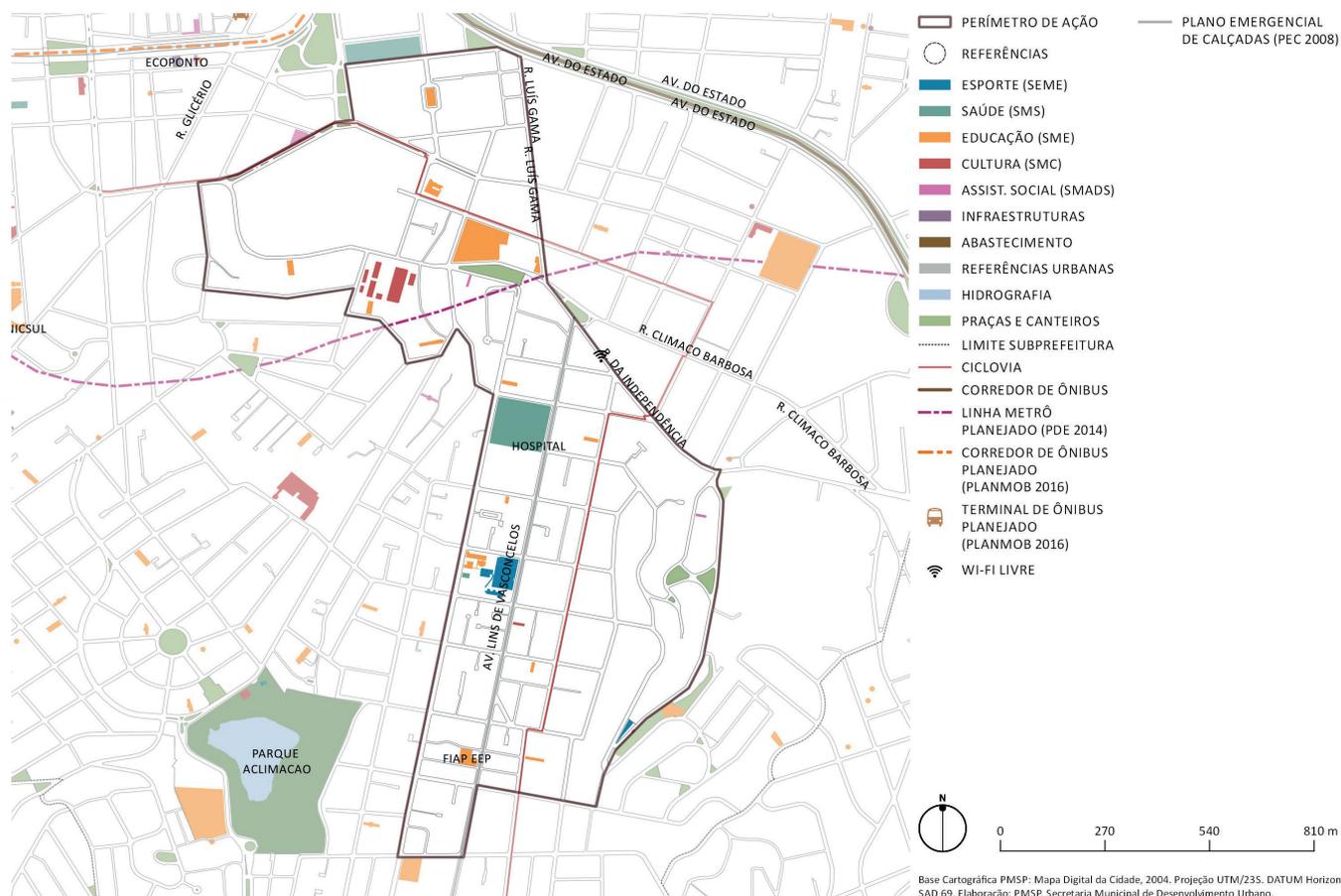
- Atender a demanda por equipamentos e serviços públicos sociais, especialmente de assistência social e de lazer e esportes;
- Atender a população em situação de vulnerabilidade social, especialmente a população em área de risco;
- Promover ações indutoras do desenvolvimento econômico local pelo estímulo ao comércio e serviços locais;
- Qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados ao comércio e os vinculados ao transporte público;
- Solucionar os problemas de saneamento ambiental, em especial esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais (drenagem);
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local;

Diretrizes

- Garantir a segurança e acessibilidade universal nas calçadas e cruzamentos de vias para pedestres e ciclistas;
- Requalificar as vias, com tratamento das calçadas, esquinas, arborização viária, instalação de mobiliário urbano que propicie o convívio social e melhoria da iluminação pública;
- Implantar programas de educação ambiental;
- Requalificar as praças que se encontram abandonadas;
- Estudar proposta de intervenção para o Elevado João Goulart (Minhocão);
- Garantir coleta seletiva e de lixo na região.

Diretrizes

- Garantir a segurança e acessibilidade universal nas calçadas e cruzamentos de vias para pedestres e ciclistas;
- Requalificar as vias, com tratamento das calçadas, esquinas, arborização viária e melhoria da iluminação pública;
- Requalificar as praças que se encontram abandonadas;
- Requalificar o sistema de micro drenagem da região.



Base Cartográfica PMSP: Mapa Digital da Cidade, 2004, Projeção UTM/23S, DATUM Horizontal SAD 69. Elaboração: PMSP, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Descrição

Região com abrangência de dois distritos, Cambuci e Liberdade, próxima à Av. Lacerda Franco, Av. Lins de Vasconcelos e Viaduto do Glicério.

Caracterização

A área se encontra carente de serviços e políticas públicas, com problemas estruturais e necessidade de diversos equipamentos sociais.

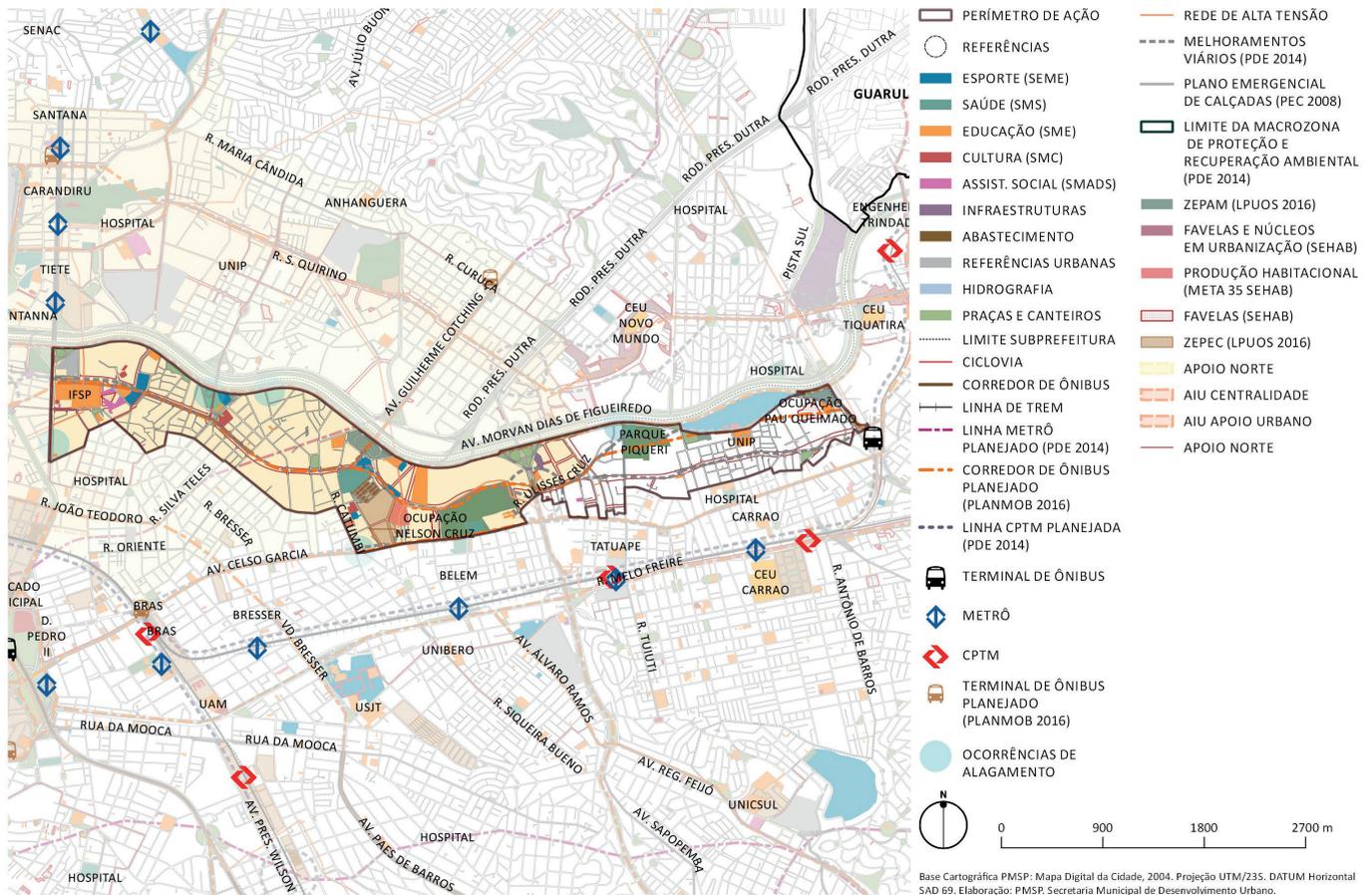
Objetivos

- Atender a população em situação de vulnerabilidade social, especialmente a população em situação de rua e a população usuária de drogas;
- Promover ações indutoras do desenvolvimento econômico local, especialmente pela implantação de atividades industriais e pelo estímulo ao comércio e serviços locais;
- Qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados às centralidades;
- Implantar os parques planejados;
- Promover a conservação das paisagens e do patrimônio material e imaterial da região;
- Promover a recuperação e conservação ambiental dos cursos d'água e revitalização de áreas degradadas e contaminadas;

- Solucionar os problemas de saneamento ambiental manejo de águas pluviais (drenagem);
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local, regional e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo - PLANMOB;
- Promover o atendimento habitacional e a regularização fundiária de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação - PMH;
- Contribuir com os programas relacionados à notificação para o parcelamento, edificação e utilização compulsórios (PEUC);

Diretrizes

- Requalificar as vias, com tratamento das calçadas, esquinas, arborização viária, melhoria da iluminação pública e do sistema de micro drenagem;
- Melhorar as condições de saneamento básico da região;
- Implantar programas de educação ambiental;
- Garantir a segurança e a acessibilidade universal nas calçadas e cruzamento de vias;
- Atender a demanda por serviços e equipamentos públicos;
- Requalificar os equipamentos sociais já existentes.



Descrição

Conjunto de quadras e vias localizadas na Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM) do PDE (Lei 16.050 / 2014), mais especificamente localizado na planície fluvial do Rio Tietê nos distritos Pari, Belém e Tatuapé, que serão objeto do Projeto de Intervenção Urbana Arco Tietê (PIU ACT).

Caracterização

Atravessa diversos bairros da Subprefeitura da Mooca e relaciona-se com uma série de equipamentos públicos e privados de cultura, lazer, saúde, educação, transporte, bem como áreas verdes, parques, bens tombados, assentamentos precários e centros industriais e logísticos.

Caracteriza-se pela predominância de grandes lotes e configura duas ambiências urbanas: no trecho entre a Av. Cruzeiro do Sul e Av. Salim Farah Maluf é pouco verticalizada e concentra o uso misto, de comércio, serviços, indústrias e armazéns; já no trecho entre a Av. Salim Farah Maluf e Airton Pretini concentram-se os usos residenciais horizontais e verticais.

Será impactada diretamente pelo Programa de Intervenções proposto pelo PIU Arco Tietê. Os estudos e projetos a serem desenvolvidos devem considerar a lei de melhoramentos viários Lei 16.541/16, e as diretrizes e parâmetros estabelecidos no PIU Arco Tietê, Área de Intervenção Urbana Apoios Urbanos e Centralidade da Metrópole. O projeto traz a abertura de uma avenida paralela à Marginal Tietê, ligando da Lapa até a Mooca, estruturada por um corredor de transporte coletivo

de média a alta capacidade, que também se integra com as demais intervenções no sistema viário da Zona Norte.

Na Subprefeitura Mooca, as intervenções de mobilidade correspondem, principalmente, à abertura, alargamento e requalificação do sistema viário, com destaque para criação de um eixo de mobilidade entre as vias Av. Bom Jardim, Av. Pedroso da Silveira, R. Jequitinhonha e R. Santa Catarina. Associados a estes eixos propõem-se uma adequação da infraestruturas de drenagem e uma rede de espaços livres e equipamentos urbanos que apoiarão o adensamento populacional e construtivo pretendido.

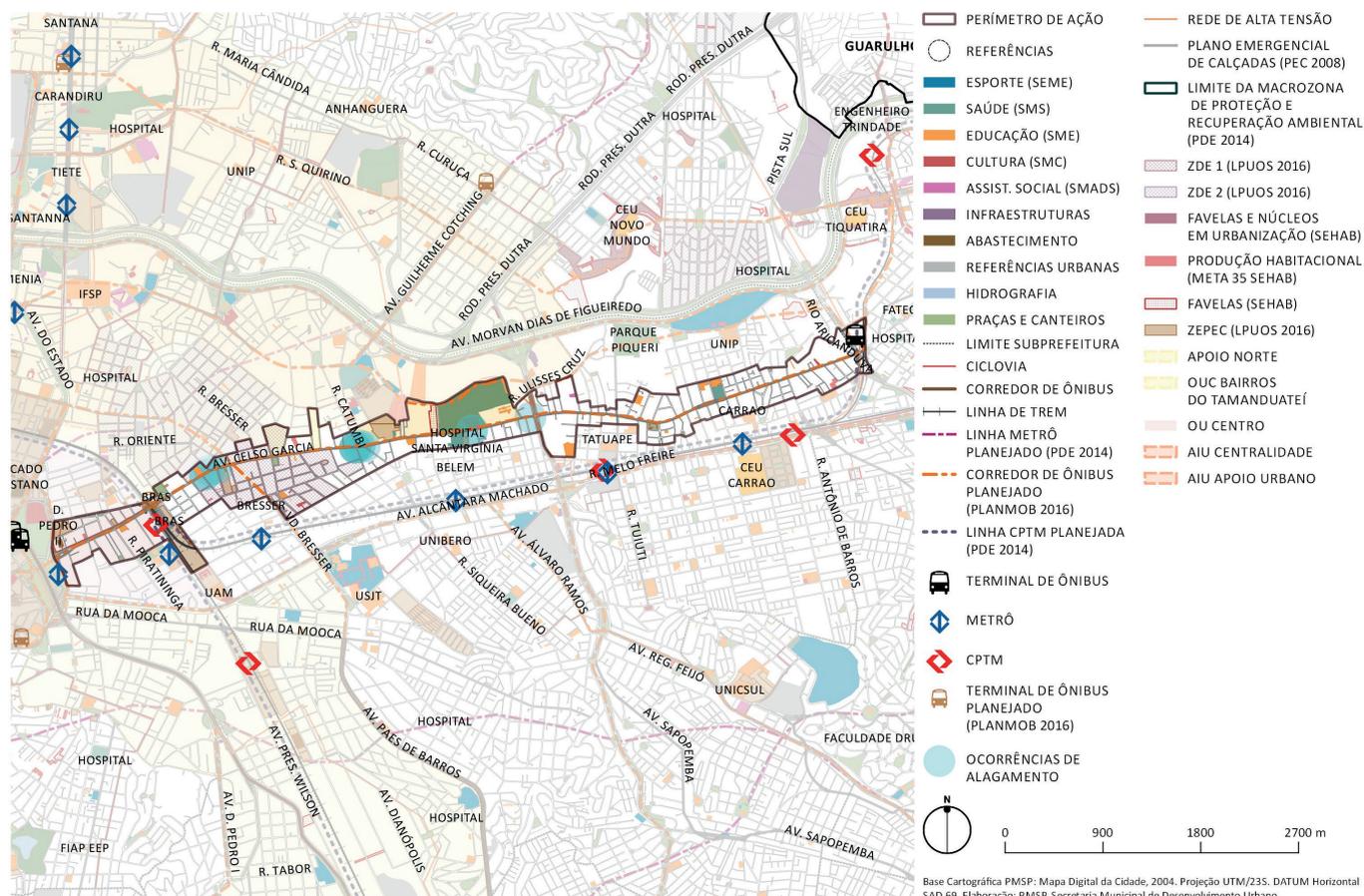
Objetivos

- Promover ações indutoras do desenvolvimento econômico local, especialmente pelo estímulo ao comércio e serviços locais;
- Qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados ao transporte público;
- Qualificar os parques existentes, resolvendo especialmente as questões de acessibilidade e conectividade;
- Promover a conservação das paisagens e do patrimônio material e imaterial da região;
- Solucionar os problemas de saneamento ambiental, em especial manejo de águas pluviais (drenagem);
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local, regional e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo - PLANMOB;
- Promover o atendimento habitacional e a regularização fundiária de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação - PMH.

Diretrizes

- Estimular a criação e manutenção de comércio e serviços locais no térreo dos imóveis existentes ou a construir, de modo a proporcionar fachada ativa nas vias do perímetro e aumentar a oferta de empregos na área.
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao adensamento populacional previsto para a área. Destaque para as quadras no Eixo de Estruturação da Transformação Urbana Previsto (ZEMP e ZEUP).
- Estimular o uso e a permanência nas praças e áreas verdes através de sua qualificação com tratamento paisagístico adequado.
- Adequar os acessos ao Parque Estadual do Belém aos pontos de conexão propostos, melhorando sua acessibilidade por meio do transporte público.
- Tutelar e preservar os bens materiais que compõem o patrimônio histórico cultural existente no perímetro, em especial a Vila Maria Zélia.
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos), de acordo com diretrizes do PIU Arco Tietê.
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos, sobretudo nas vias que conectam os equipamentos sociais.
- Solucionar demanda pela instalação de mobiliário urbano, pela qualificação do sistema viário e melhoria da iluminação pública, arborização e sinalização urbana, bem como pela implantação de sistema cicloviário.

- Integrar e adequar a nova via arterial projetada aos bairros pelos quais passará, possibilitando novos caminhos não somente para automóveis e o transporte público coletivo (ônibus), como também para pedestres e ciclistas.
- Adequar linhas de ônibus para atender demandas de circulação intrabairros do perímetro e da subprefeitura.
- Viabilizar a utilização intersetorial dos imóveis públicos na área de influência do corredor.
- Considerar plano de requalificação urbana das áreas de precariedade habitacional, tais como Santo Antônio do Canindé, Nelson Cruz e Pau Queimado (Habitampa).
- Promover soluções habitacionais de acordo com diretrizes do Plano Municipal de Habitação (PMH) e integradas ao Governo do Estado (Casa Paulista), que melhorem as condições de vida e moradia da população residente em áreas de precariedade habitacional (Favelas Santo Antônio do Canindé, Nelson Cruz e Pau Queimado - Habitampa).



Base Cartográfica PMSP: Mapa Digital da Cidade, 2004. Projeção UTM/23S. DATUM Horizontal SAD 69. Elaboração: PMSP. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Descrição

Conjunto de quadras delimitado a partir dos eixos de estruturação da transformação urbana previsto em função do projeto de Corredor de ônibus na Avenida Celso Garcia, conforme o PDE (Lei 16.050/14), somado ao entorno da Avenida Rangel Pestana, abrangendo partes dos distritos do Brás, Mooca, Belém e Tatuapé.

Caracterização

A Avenida Celso Garcia é uma das vias estruturadoras do sistema viário e do transporte público da Zona Leste, conectando o centro de São Paulo a subprefeitura Penha e se estendendo, enquanto eixo estruturante, até o extremo leste do município por avenidas igualmente importantes como Av. Amador Bueno da Veiga, Av. São Miguel e Av. Marechal Tito, tendo, portanto, importância em escala metropolitana.

O perímetro atravessa diversos bairros da Subprefeitura da Mooca e a Av. Celso Garcia e é importante na escala local e regional por configurar um eixo comercial e de serviços, e também por concentrar polos geradores e atratores de tráfego como os templos religiosos e comércios de grande escala, além de se relacionar com uma série de equipamentos públicos e privados significativos, como o Parque Estadual do Belém, ETEC Parque Belém, Hospital Municipal Tatuapé e Hospital Maternidade Leonor Mendes Barros.

Caracteriza-se pela predominância da horizontalidade e presença de um conjunto de edificações de valor histórico, estando algumas tombadas como patrimônio histórico. Já no trecho entre a Av. Salim Farah Maluf e Ayrton Pretini, verifica-se maior transformação urbana e concentração de usos residenciais verticais.

O PDE (Lei 16.050/14) prevê a implantação de um Corredor de Ônibus nesta avenida e a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - LPUOS (Lei 16.402/16) o demarca como eixo de transformação da estruturação urbana previsto (ZEUP). O perímetro também abrange a Zona de Desenvolvimento Econômico (ZDE-1), no distrito do Brás, com o objetivo de manter e incentivar as atividades produtivas no local.

Diante disto, é necessário equacionar as questões regionais de mobilidade à dinâmica local, em especial as relações entre moradia, emprego e oferta de equipamentos sociais na área, buscando organizar os fluxos, potencializar o uso do transporte público e qualificar a região ao adensamento populacional previsto.

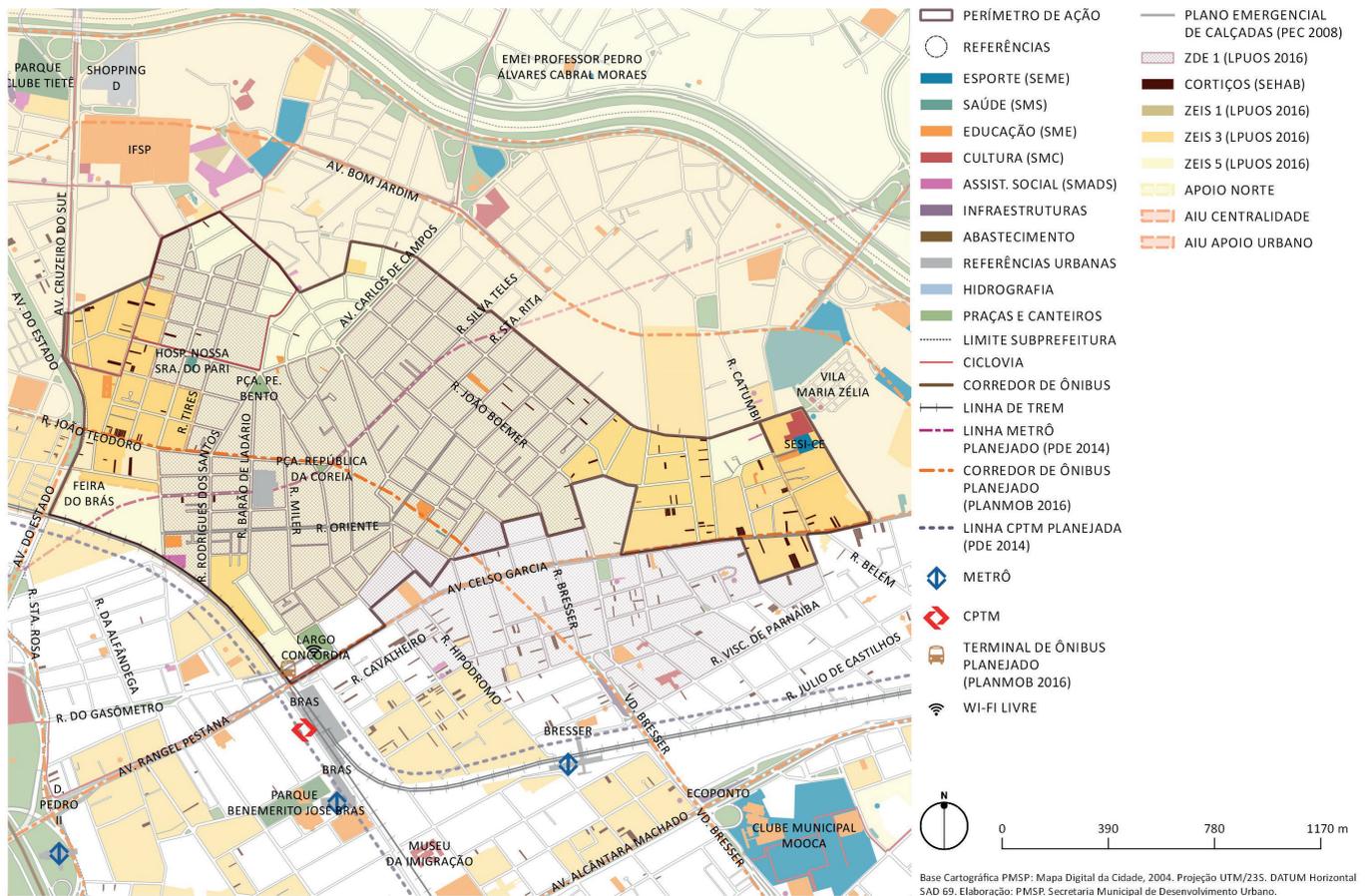
Objetivos

- Promover ações indutoras do desenvolvimento econômico local, especialmente pelo estímulo ao comércio e serviços locais;
- Qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados ao transporte público e os vinculados aos pólos atrativos;
- Qualificar os parques existentes, resolvendo especialmente as questões de acessibilidade e conectividade;
- Promover a conservação das paisagens e do patrimônio material e imaterial da região;
- Solucionar os problemas de saneamento ambiental, em especial manejo de águas pluviais (drenagem);
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade regional, metropolitana e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo - PLANMOB.

Diretrizes

- Estimular a criação e manutenção de comércio e serviços locais no térreo dos imóveis existentes ou a construir, de modo a proporcionar fachada ativa nas vias do perímetro e aumentar a oferta de empregos na área.
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao adensamento populacional previsto para a área. Destaque para as quadras no Eixo de Estruturação da Transformação Urbana Previsto (ZEUP).
- Estimular o uso e a permanência nas praças e áreas verdes através de sua qualificação com tratamento paisagístico adequado.
- Adequar os acessos ao Parque Estadual do Belém aos pontos de conexão propostos, melhorando sua acessibilidade por meio do transporte público.
- Tutelar e preservar os bens materiais que compõem o patrimônio histórico cultural existente no perímetro.
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos), em especial ao longo da Av. Celso Garcia.
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos, sobretudo nas vias que conectam os equipamentos sociais, localizado na área de influência do corredor, aos pontos de conexão e terminais propostos.

- Garantir melhores condições de travessia da Av. Celso Garcia de modo a compatibilizar o fluxo de veículos com a mobilidade local de pedestres.
- Adequar o sistema viário de modo a compatibilizar os conflitos decorrentes do intenso trânsito de veículos de caráter regional com aquele de caráter local, e, sobretudo com o fluxo de pedestres na região, especialmente nas vias de acesso a Av. Celso Garcia. Destaque para as ruas Piratininga, R. Hipódromo, R. Bresser, R. Belém, R. Catumbi, R. Doutor Clementino, R. Nelson Cruz, Av. Álvaro Ramos, R. Tuiuti e R. Antônio de Barros.
- Viabilizar a utilização intersetorial dos imóveis públicos na área de influência do corredor.
- Solucionar demanda pela instalação de mobiliário urbano, pela qualificação do sistema viário e melhoria da iluminação pública, arborização e sinalização urbana, bem como pela implantação de sistema cicloviário.



Descrição

Perímetro localizado em porções dos distritos do Brás, Pari e Belém, junto às áreas que concentram atividades comerciais e produtivas, especialmente relacionadas à indústria têxtil.

Caracterização

Apresenta forte presença de atividades comerciais e produtivas, com destaque a indústria têxtil, cuja relevância é de nível nacional; a indústria de materiais elétricos e hidrossanitários; e, a metalúrgica. Além destas, também são relevantes às atividades de serviços, como distribuidoras e transportadoras, e o comércio especializado, sobretudo nas vias Barão de Ladário, Maria Marcolina, Miller, Oriente, João Teodoro e no Largo da Concórdia. Por essa diversidade econômica, parte da área foi demarcada como Zonas de Desenvolvimento Econômico (ZDE-1) na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - LPUOS - (Lei 16.402/16), tendo como objetivo à manutenção e incentivo às atividades produtivas.

Área de fácil acesso e bem servida pelo transporte público coletivo, facilita os deslocamentos para compras. Caracteriza-se pela baixa densidade populacional - embora sua população flutuante seja elevada - e pela alternância de quadras e lotes pequenos e grandes terrenos, onde estão instalados galpões, predominando na área uma baixa verticalização. O perímetro apresenta carência de áreas verdes e arborização urbana que colabora com a ilha de calor e faz com que a temperatura da área seja elevada.

O perímetro apresenta concentração de habitações coletivas precárias de aluguel (cortiços), principalmente nas áreas demarcadas como ZEIS-3 pelo PDE (Lei 16.050/14) e LPUOS (Lei 16.402/16). A região apresenta população em situação de vulnerabilidade social e é um importante destino de imigração com população síria, boliviana, peruana, chinesa e haitiana. Além disso, é uma porção do território com faixas de maior incidência de crianças (até 14 anos), destoando do padrão de envelhecimento presente na maior porção da Mooca. A área também abriga grande quantidade de população de rua que se concentra principalmente próximo aos equipamentos públicos de saúde e assistência social.

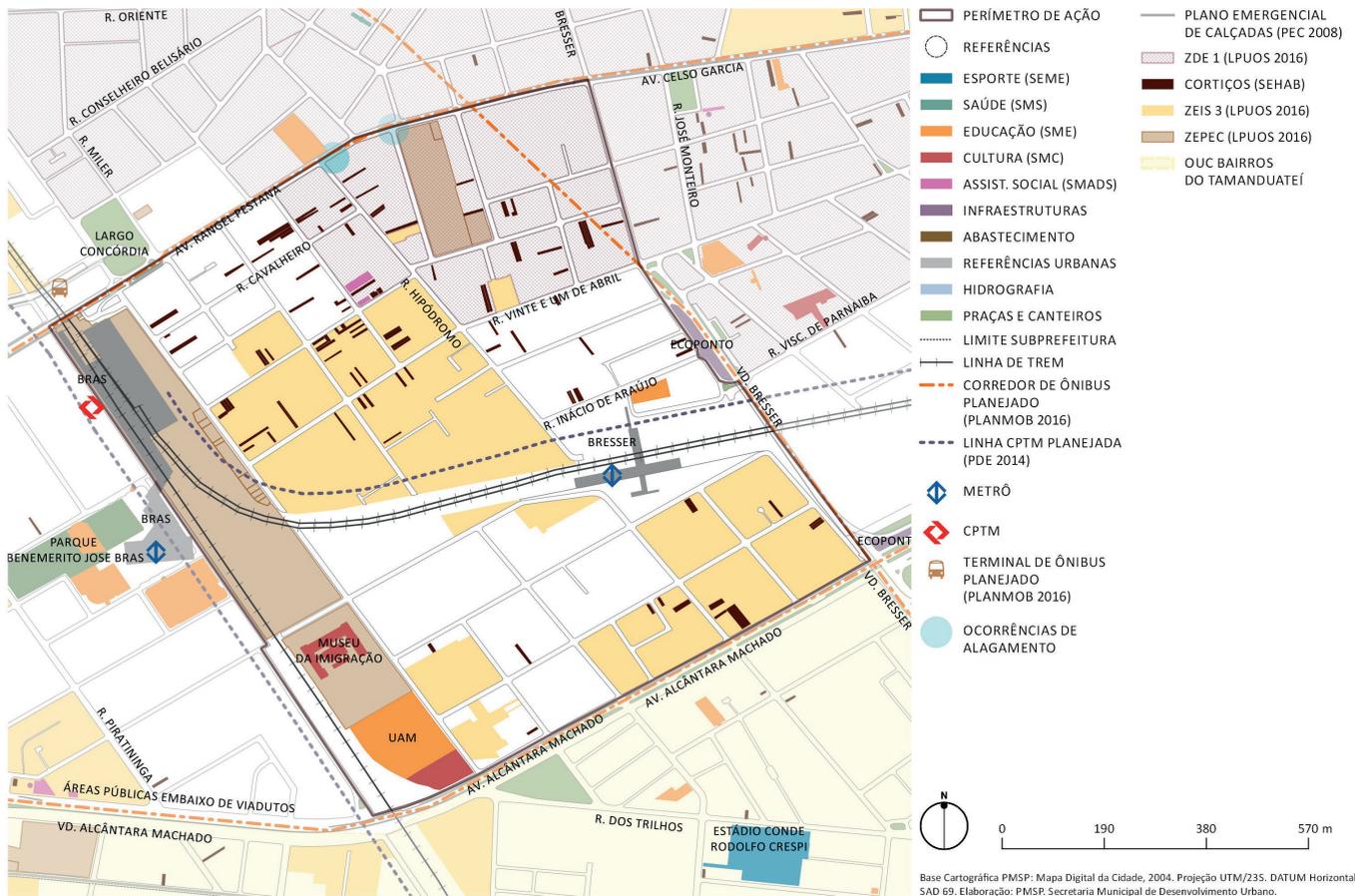
Objetivos

- Atender a demanda por equipamentos e serviços públicos sociais, especialmente de educação, de assistência social e de cultura;
- Atender a população em situação de vulnerabilidade social, especialmente a população em situação de rua, a população de migrantes e a população em situações de escravidão;
- Promover ações indutoras do desenvolvimento econômico local, especialmente pela geração de empregos, pelo estímulo à implantação de atividades industriais e pelo estímulo ao comércio e serviços locais;
- Qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados ao comércio e os vinculados aos pólos atrativos;
- Atender a demanda por espaços livres públicos de lazer e esporte;
- Solucionar os problemas de saneamento ambiental, em especial manejo de águas pluviais (drenagem) e gestão de resíduos sólidos de acordo com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo - PGIRS;
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo - PLANMOB;
- Melhorar as condições de circulação de cargas, mitigando conflitos com os demais modais e com os usos da região;
- Promover o atendimento habitacional e a regularização fundiária de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação - PMH;
- Melhorar a segurança pública local.

Diretrizes

- Buscar a redução das desigualdades socioeconômicas através do desenvolvimento da centralidade comercial e industrial existente, equacionando as relações entre moradia, emprego e oferta de equipamentos sociais na área.
- Ampliar o acesso aos equipamentos públicos de assistência social solucionando a demanda por equipamentos ligados à população em situação de rua, aos idosos e crianças e adolescentes (Centro POP, NCI, ILPS, CCA, CRAS, CREAS, CAPE).
- Ampliar o acesso aos equipamentos públicos de educação, esporte e cultura solucionando a demanda por creches, quadras poliesportivas e maior oferta de atividades culturais.
- Articular programa de gestão integrada entre Secretaria Municipal de Educação (SME), Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME) e Secretaria Municipal de Cultura (SMC) para utilização da infraestrutura das escolas nos finais de semana, oferecendo atividades culturais e esportivas.
- Desenvolver ações de assistência social à população em situação de vulnerabilidade social (população em situação de rua e imigrantes).

- Considerar as questões sociais (trabalho escravo e população imigrante) existentes na área, a fim de incorporá-las às ações de desenvolvimento econômico e geração de emprego, articulando ações com as coordenadorias da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas (SMRIF) e Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE).
- Estimular a criação e manutenção de comércio e serviços locais no térreo dos imóveis existentes ou a construir, de modo a proporcionar fachada ativa nas vias do perímetro e aumentar a oferta de empregos na área.
- Garantir a permanência e a instalação de empresas que gerem empregos no território. Destaque para a indústria têxtil presente nos três distritos.
- Elaborar projeto de comunicação visual voltado ao circuito de compras com sinalização própria e identificação das rotas, por meio de sinalização gráfica urbana.
- Ofertar serviço de sanitários públicos em locais estratégicos com grande fluxo de pedestres.
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao uso comercial, industrial e logístico existente na área.
- Estimular o uso e a permanência nas praças e áreas verdes através de sua qualificação com tratamento paisagístico adequado.
- Elaborar projeto de arborização urbana que seja adequado e compatível com a grande circulação de pedestres nos bairros, especialmente para reduzir os efeitos da ilha de calor urbana.
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos), em especial na R. Oriente, R. Almirante Barroso e R. Bresser.
- Organizar a coleta, transporte e descarte de resíduos sólidos oriundos das atividades comerciais no perímetro, em conformidade com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS).
- Ampliar o acesso aos equipamentos públicos de serviços solucionando a demanda por ecoponto.
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos, sobretudo nas vias com grande fluxo de pedestres e as que conectam equipamentos públicos. Destaque para as ruas Barão de Ladário, R. Maria Marcolina, R. Miller, R. Oriente, R. João Teodoro e entorno do Largo da Concórdia.
- Adequar o sistema viário de modo a compatibilizar o trânsito de veículos, as áreas de abastecimento, os estacionamentos e o grande fluxo de pedestres.
- Compatibilizar a circulação de pedestres, de ciclistas, de ônibus e de veículos de passeio ao fluxo de veículos de carga necessários aos usos comerciais, industriais e logísticos existentes no território.
- Promover soluções habitacionais de acordo com diretrizes do Plano Municipal de Habitação (PMH) e integradas ao Governo do Estado (Casa Paulista) que melhorem as condições de vida e moradia da população residente em áreas de precariedade habitacional (cortiços e ocupações).
- Articular ações de monitoramento do espaço público com a Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU) a fim de garantir maior segurança pública no local.
- Solucionar demanda pela instalação de mobiliário urbano e melhoria da iluminação pública, a fim de proporcionar maior convívio social e segurança aos espaços públicos.



Descrição

Compreende área no entorno das estações Brás e Bresser-Mooça de Metrô e CPTM, entre as avenidas Celso Garcia e Av. Alcântara Machado (Radial Leste).

Caracterização

Área com predomínio de uso do solo misto não verticalizado, com presença de armazéns e grandes glebas próximas às linhas ferroviárias (Linhas 10 Coral e 11 Turquesa da CPTM) e com boa acessibilidade viária, bem servida pela infraestrutura de transporte público (CPTM, Metrô e faixa exclusiva de ônibus). Concentra atividades de comércio e serviços significativos ao longo da Av. Rangel Pestana, R. Joaquim Nabuco e R. Cavalheiro.

Caracteriza-se pela concentração de habitações coletivas precárias de aluguel (cortiços) e pela presença de grandes áreas demarcadas como ZEIS-3 pelo PDE (Lei 16.050/14) e Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - LPUOS (Lei 16.402/16).

A região apresenta população em situação de vulnerabilidade social e é um dos principais locais de moradia da população migrante que reside na subprefeitura, além de ser a porção do território com faixas de maior incidência de crianças (até 14 anos), destoando do padrão de envelhecimento presente na maior parte da Mooca. Historicamente, é um importante destino de imigração, tendo como marco a antiga Hospedaria de Imigrantes, atual Museu da Imigração, por onde passaram muitos italianos, árabes e coreanos. Atualmente, a população migrante que reside na subprefeitura é originária principalmente da Síria, Bolívia, Peru, China e Haiti.

Assim, é necessário o desenvolvimento de política intersetorial de assistência social, saúde, relações internacionais, cultura, educação, desenvolvimento econômico e segurança pública, tendo em vista o cadastramento, documentação e acolhimento dos imigrantes recém instalados e sua incorporação à sociedade brasileira, respeitando as especificidades de suas culturas, de forma a melhorar a qualidade de vida da população enfrentando questões sociais como as habitações em cortiços e regime de trabalho escravo a qual parte da população migrante está submetida.

Objetivos

- Atender a população em situação de vulnerabilidade social, especialmente a população de migrantes e a população em situações de escravidão;
- Promover ações indutoras do desenvolvimento econômico local, especialmente pela geração de empregos e pela implantação de cursos profissionalizantes;
- Qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados ao comércio e os vinculados ao transporte público;
- Promover a conservação das paisagens e do patrimônio material e imaterial da região;
- Solucionar os problemas de saneamento ambiental, em especial manejo de águas pluviais (drenagem);
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local e de acordo com o Plano de Mobilidade de São Paulo - PLANMOB;
- Promover o atendimento habitacional e a regularização fundiária de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação - PMH;
- Melhorar a segurança pública local.

Diretrizes

- Desenvolver ações de assistência social à população em situação de vulnerabilidade social (população em situação de escravidão e imigrantes).
- Considerar as questões sociais (trabalho escravo e população imigrante) existentes na área, a fim de incorporá-las às ações de desenvolvimento econômico e geração de emprego, articulando ações com as coordenadorias da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas (SMRIF) e Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE).
- Incentivar ao ensino técnico profissionalizante para trabalhadores empregados em condições subnormais e população imigrante.
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao uso comercial existente na área e ao adensamento populacional previsto para a área. Destaque para as quadras no Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU).
- Estimular o uso e a permanência nas praças e áreas verdes através de sua qualificação com tratamento paisagístico adequado. Destaque para Praça Agente Cícero.
- Elaborar projeto de arborização urbana que seja adequado e compatível com a grande circulação de pedestres nos bairros, especialmente para reduzir os efeitos da ilha de calor urbana.

- Tutelar e preservar os bens materiais que compõem o patrimônio histórico cultural existente no perímetro, em especial os localizados ao longo da orla ferroviária.
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos), em especial na R. Coimbra e Av. Rangel Pestana.
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos, sobretudo nas vias com grande fluxo de pedestres e as que conectam equipamentos públicos. Destaque para R. Doutor Almeida Lima e R. do Hipódromo.
- Qualificar as principais conexões viárias existentes. Destaque para R. Almirante Brasil, R. do Hipódromo, Av. Alcântara Machado e Av. Celso Garcia.
- Desenvolver percursos alternativos para pedestres, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas, melhorando a mobilidade local da área. Destaque para Av. Alcântara Machado e linhas ferroviárias.
- Qualificar os acessos à Estação Brás (Linhas 10 Turquesa e Linha 11 Coral da CPTM) pela R. Doutor Almeida Lima e Praça Agente Cícero, e à Estação Bresser-Mooça (Linha 3 Vermelha do Metrô) pela R. do Hipódromo e R. Inácio de Araújo, de modo a garantir a segurança pública e a acessibilidade universal.
- Considerar a construção de terminal de ônibus Concórdia junto à estação Brás da CPTM, prevista no Plano Municipal de Mobilidade (PLANMOB 2015), para qualificação da integração intermodal entre o transporte de alta capacidade (Metrô e CPTM) e o transporte local (ônibus).
- Promover soluções habitacionais de acordo com diretrizes do Plano Municipal de Habitação (PMH) e integradas ao Governo do Estado (Casa Paulista), que melhorem as condições de vida e moradia da população residente em áreas de precariedade habitacional (cortiços).
- Formular Plano de Ação Integrada, vinculado ao Programa de Intervenção em Cortiços, conforme critérios e parâmetros definidos pelo PMH, ao que se refere aos projetos de intervenção para ZEIS-3.
- Articular ações de monitoramento do espaço público com a Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU) a fim de garantir maior segurança pública no local.
- Solucionar demanda pela instalação de mobiliário urbano e melhoria da iluminação pública, a fim de proporcionar maior convívio social e segurança aos espaços públicos.

FICHA TÉCNICA

José Armênio de Brito Cruz – Presidente da SPURBANISMO - São Paulo Urbanismo

Carlos Leite de Souza – Diretor de Intervenções Urbanas

Vladimir Ávila – Diretor de Gestão das Operações Urbanas

Leonardo Amaral Castro – Superintendente de Intervenções Urbanas

Marilena Fajersztajn – Gerente de Gestão Operacional

Arquitetos

Eduardo Tavares de Carvalho

Eneida R. Belluzzo Godoy Heck

Juliana Cipolletta

Kátia Canova

Luciana Loureiro

Marcos Alexandre Moraes Mastropaulo

Melina Giannoni de Araujo

Rafael Henrique de Oliveira

Rita Cassia G. S. Gonçalves

Thiago Francisco L. Carneiro

Engenheiro

Waldir Macho de La Rubbia

Estagiárias de Arquitetura

Isabel Samaia de Vivo

Saliny Ribeiro Marin

Design Gráfico

Thomas Len Yuba

Estagiária de Design Gráfico

Horrana Porfirio Soares